



Caderno de questões

Novas certificações de
distribuição ANBIMA



ANBIMA

CPA



**CERTIFICAÇÕES
ANBIMA**

eu passeio para o mercado financeiro



Boas-vindas



Este é o caderno de questões da certificação **CPA**
(**Certificado Profissional ANBIMA**).

O material reúne questões de múltipla escolha e cases, alinhadas aos conteúdos programáticos da **CPA** e ao exame-piloto. Cada questão apresenta a alternativa correta, acompanhada de uma breve explicação sobre o conceito central avaliado.

Questão 1.

Formato de resposta:	Múltipla escolha contextualizada
Identificação PD:	1.1.2
Nível cognitivo:	Aplicação
Dificuldade:	Fácil

 Contexto:

Manuela, proprietária de uma empresa de pequeno porte que vende doces e salgados para cantinas escolares, precisa de um veículo novo para realizar as entregas de seus produtos. Ela busca uma linha de crédito que permita a aquisição do veículo com pagamento parcelado em prestações fixas, sem que o crédito esteja vinculado ao seu salário ou envolva o arrendamento do bem.

 Enunciado:

Considerando a solicitação de Manuela, o produto que melhor atende à sua necessidade seria:

A) O crédito Direto ao Consumidor (CDC), pois trata-se de uma operação de crédito destinada à aquisição de bens e serviços, com pagamento em prestações fixas e juros previamente estabelecidos.

Gabarito: a definição resume de forma clara as características do CDC, incluindo a concessão de crédito e o pagamento parcelado com juros. Essa opção atende à solicitação de Manuela.

B) O *Leasing*, pois é uma operação de crédito estruturada com opção de compra ao final do prazo.

Distrator 1: a descrição refere-se a uma operação de leasing, que permite a compra do bem ao final do contrato, mas é configurada no formato de arrendamento de bens. Por esse motivo, essa opção não atende à solicitação de Manuela.

C) O empréstimo consignado, pois é uma operação de crédito em que o valor das parcelas é descontado mensalmente, em prestações fixas, diretamente do salário do contratante.

Distrator 2: o empréstimo consignado envolve desconto em folha de pagamento no salário do contratante, o que o diferencia do CDC. Portanto, essa opção não atende à solicitação de Manuela.

D) A carta de crédito, pois representa uma garantia bancária em operações de crédito.

Distrator 3: a carta de crédito é um instrumento financeiro utilizado em operações de comércio exterior, não configurando especificamente um empréstimo para a aquisição de veículo. Por isso, essa opção não atende à solicitação de Manuela.

Questão 2.

Formato de resposta:	Múltipla escolha contextualizada
Identificação PD:	2.1.1.4.1
Nível cognitivo:	Compreensão
Dificuldade:	Difícil

Contexto:

Paulo pediu ao seu gerente duas opções de investimento com um horizonte de 360 dias para aplicar R\$ 1.000,00. O gerente apresentou-lhe um CDB de instituição de grande porte com prazo de 1 ano e taxa de remuneração bruta de 12% a.a. A segunda opção foi um Certificado de Operações Estruturadas (COE) com exposição ao Índice Ibovespa (IBOV), também com prazo de 1 ano. O COE tem a seguinte estrutura de retornos:

Valor do IBOV em um ano	Valor retornado aos investidores em um ano
Menor ou igual que 125.000	R\$ 1.000,00
Maior que 125.000 e abaixo ou igual que 145.000	$1.000 * [1 + (IBOV - 125.000) / 125.000]$
Acima de 145.000 e abaixo ou igual de 153.700	$1.000 * [1,16 + 0,75 * (IBOV - 145.000) / 145.000]$
Acima de 153.700	$1.000 * 1,205$

Enunciado:

Com base nos aspectos apresentados e nas características dos produtos, a análise correta sobre o investimento de Paulo é:

A) Para que o COE apresente remuneração bruta superior ao CDB, o índice deve atingir ou superar 140.000 pontos.



Gabarito: com base no cálculo do retorno do COE, o índice precisaria superar 140.000 pontos para que a remuneração bruta seja superior a 12% (retorno do CDB).

Retorno bruto de 12%a.a. implica valor final de $1,12 \times 1000 = R\$1120$

Logo $1.000 \times [1 + (IBOV 125.000) / 125.000] = 1120$

$IBOV = 125.000(1,12) = 140.000$ pontos

B) Caso o índice Ibovespa atinja 160.000 em um ano, a rentabilidade líquida de impostos do COE será de 17,425%.

Distrator 1: o retorno bruto do COE para o IBOV a 160.000 pontos seria de 20,5%, mas a rentabilidade líquida (após tributação com alíquota de 20%) seria de aproximadamente 16,4%, e não 17,425% (tributação de 15%), conforme tabela regressiva abaixo.

Tabela regressiva de IR	
Prazo de aplicação	Alíquota de IR
Até 180 dias	22,5%
De 181 a 360 dias	20%
De 361 a 720 dias	17,5%
Acima de 720 dias	15%

Caso o IBOV atinja 160.000, o valor final do investimento será $1,205 \times 1000 = 1205$

Remuneração bruta de $[(1205/1000) - 1] \times 100\% = 20,5\%$

Remuneração líquida de acordo com a tabela do IR é de 20% para um ano (360 dias) é de 20%.

Remuneração líquida é $20,5\% \times (1 - 0,2) = 16,4\%$

C) A tributação do imposto de renda incidente sobre o retorno do COE é inferior àquele incidente sobre o CDB.

Distrator 2: o COE e o CDB são tributados de forma semelhante, ambos sujeitos às regras de tributação de renda fixa com incidência da tabela regressiva de IR. Conforme a Instrução Normativa nº 1.585 da Receita Federal de 2/9/15.

D) O COE, assim como o CDB, são produtos cobertos pelo Fundo Garantidor de Créditos (FGC).

Distrator 3: o COE não tem a proteção do FGC, ao contrário do CDB, que é garantido pelo Fundo em caso de inadimplência da instituição financeira.

Questão 3.

Formato de resposta:	Múltipla escolha contextualizada
Identificação PD:	1.2.7.1
Nível cognitivo:	Aplicação
Dificuldade:	Médio

Contexto:

Ana, cliente de um banco, tem perfil de investimento moderado e busca diversificar sua carteira de investimentos. Durante uma conversa com seu gerente, ela mencionou o interesse em aplicações no exterior, mas demonstrou preocupação com os riscos associados às oscilações cambiais. Ana também reconhece que o Brasil adota um regime de câmbio flutuante, onde a taxa de câmbio é definida pelo mercado, com intervenções ocasionais do Banco Central.

Enunciado:

Como gerente responsável por atendê-la, diante desse cenário, a melhor explicação a ser dada à Ana sobre os riscos associados aos investimentos em moeda estrangeira é que os riscos são:

A) Potencialmente significativos, pois no regime cambial flutuante, as taxas de câmbio podem variar de acordo com as condições de mercado, impactando os investimentos de Ana.

Gabarito: o regime flutuante reflete as forças de oferta e demanda, o que pode introduzir riscos cambiais para investidores em moeda estrangeira.

B) Baixos, pois o regime cambial flutuante é projetado para prevenir grandes oscilações na taxa de câmbio, minimizando o impacto nos investimentos.

Distrator 1: o regime flutuante permite variações cambiais de acordo com as condições do mercado, e oscilações significativas podem ocorrer.

C) Eliminados pelo Banco Central, que fixa a taxa de câmbio por meio de intervenções frequentes para garantir estabilidade.

Distrator 2: no regime cambial flutuante, o Banco Central não fixa a taxa de câmbio, mas pode intervir pontualmente para suavizar oscilações excessivas.

D) Reduzidos, já que o Banco Central brasileiro mantém a taxa de câmbio em níveis estáveis para proteger investidores.

Distrator 3: embora o Banco Central possa intervir em momentos críticos, o regime flutuante permite variações significativas nas taxas de câmbio.

Questão 4.

Formato de resposta:	Múltipla escolha contextualizada
Identificação PD:	4.4.5.5
Nível cognitivo:	Compreensão
Dificuldade:	Média

Contexto:

Diante do aumento da demanda institucional e de avanços regulatórios que podem flexibilizar os segmentos de alocação de ativos e limites máximos, uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC) está considerando alocar parte de seu portfólio em *Exchange Traded Funds* (ETFs) de moedas digitais, como Bitcoin e Ethereum. A diretoria da Entidade está preocupada com os riscos associados a esse tipo de investimento.

Enunciado:

Um impacto potencial sobre a gestão de riscos da Entidade caso ela decida investir em ETFs de moedas digitais seria:

A) A inclusão de ETFs de moedas digitais aumentará o risco caudal (*tail risk*) do portfólio, devido à presença de caudas gordas (*fat tails*).

Gabarito: ativos digitais apresentam distribuições com caudas gordas, o que amplia a exposição a eventos extremos e aumenta o risco caudal.

B) ETFs de moedas digitais podem reduzir o desvio-padrão dos retornos do portfólio por meio da diversificação, desde que tenham correlação positiva com os retornos da EFPC.

Distrator 1: embora a diversificação possa ser benéfica, a correlação positiva indicada sugere que os ativos se movem na mesma direção, o que não reduz o risco.

C) Como as criptomoedas são negociadas 24 horas por dia, a EFPC pode ajustar posições a qualquer momento, evitando grandes oscilações e estabilizando o risco da carteira.

Distrator 2: apesar do funcionamento ininterrupto dos mercados de cripto, a volatilidade extrema e a possibilidade de baixa liquidez em certos períodos podem dificultar a execução de ordens sem perdas significativas (*slippage*), especialmente em momentos de estresse de mercado.

D) Por ter correlação média igual a zero com ativos tradicionais, a inclusão de ETFs de moedas digitais não impactará o risco do portfólio.

Distrator 3: mesmo com correlação zero, o risco do portfólio é afetado pela volatilidade e por outros fatores relacionados à classe de ativos.

Questão 5.

Formato de resposta:	Múltipla escolha contextualizada
Identificação PD:	2.1.4
Nível cognitivo:	Aplicação
Dificuldade:	Médio

Contexto:

Fernanda, consultora de investimentos, conversava com um cliente sobre Fundos Imobiliários e, para esclarecer melhor as características de sua estrutura e funcionamento, destacou a importância da administração fiduciária nesse tipo de investimento. Durante a conversa, ela explicou as principais responsabilidades do administrador fiduciário, demonstrando como essas funções influenciam diretamente a estrutura desses fundos.

Enunciado:

A melhor explicação sobre a administração fiduciária nos Fundos de Investimento Imobiliário (FII), considerando as explicações de Fernanda seria:

A) O administrador fiduciário é responsável pela supervisão do cumprimento das normas e regulamentos aplicáveis ao fundo, além de zelar pelos interesses dos cotistas, mesmo que não participe diretamente da gestão dos imóveis.

Gabarito: a administração fiduciária assegura que o fundo opere conforme as regras e regulações, protegendo os interesses dos cotistas, mas não participa da gestão dos ativos imobiliários, que é função do gestor.

B) O administrador fiduciário é responsável por garantir que o fundo cumpra as obrigações regulatórias e supervisionar o gestor do fundo, mas também deve atuar na valorização dos imóveis.

Distrator 1: o administrador fiduciário é responsável pela supervisão regulatória e pela proteção dos cotistas, mas a valorização dos imóveis é responsabilidade do mercado e do gestor do fundo, não do administrador fiduciário.

C) O administrador fiduciário tem como função principal garantir a valorização dos imóveis e a gestão eficiente dos ativos, o que geralmente resulta em maior retorno aos cotistas.

Distrator 2: a valorização dos imóveis não é responsabilidade do administrador fiduciário. O papel deste é supervisionar o cumprimento das normas e regulamentos e proteger os cotistas, mas a gestão dos imóveis e sua valorização estão fora de suas atribuições.

D) A função do administrador fiduciário é basicamente administrativa, sendo responsável por tarefas como a manutenção física dos imóveis e a gestão de inquilinos.

Distrator 3: a administração fiduciária envolve a supervisão das regras e regulamentos do fundo, protegendo os interesses dos cotistas, mas não inclui a gestão de imóveis ou de inquilinos, que é função do gestor.

Questão 6.

Formato de resposta:	Múltipla escolha contextualizada
Identificação PD:	2.1.1.1.16
Nível cognitivo:	Aplicação
Dificuldade:	Médio

Contexto:

Marcos, um investidor conservador, está considerando aplicar seu dinheiro na caderneta de poupança e consultou seu gerente bancário para obter uma explicação detalhada sobre suas principais características. Ele deseja entender melhor sobre liquidez, rentabilidade, garantias, riscos e tributação, além de avaliar se a caderneta é uma boa opção para o crescimento patrimonial a longo prazo.

Enunciado:

Considerando as dúvidas de Marcos, a melhor explicação sobre a caderneta de poupança para pessoas físicas seria:

A) A caderneta de poupança oferece liquidez imediata e isenção de impostos. É garantida pelo FGC até R\$ 250 mil por CPF e por instituição. Sua rentabilidade baseia-se na Selic ou em 0,5% ao mês mais TR. Não é ideal para crescimento patrimonial a longo prazo.

Gabarito: a poupança oferece liquidez imediata, isenção de impostos e garantia do FGC. Sua rentabilidade depende da Selic ou de uma combinação com a TR. No entanto, seu retorno limitado a longo prazo faz com que não seja recomendada para crescimento patrimonial.

B) A caderneta de poupança possui liquidez limitada, pois os rendimentos são pagos apenas no aniversário mensal. Sua rentabilidade é composta por 0,5% ao mês mais a TR, sendo garantida pelo FGC até R\$ 250 mil por CPF e isenta de impostos.

Distrator 1: a poupança oferece liquidez imediata, com a limitação dos rendimentos pagos no aniversário mensal. A taxa fixa de 0,5% ao mês só se aplica quando a Selic está acima de 8,5%.

C) A caderneta de poupança possui alta rentabilidade comparada a outros investimentos de renda fixa e conta com isenção de imposto de renda. Seu risco está na perda do valor investido, pois não possui garantias.

Distrator 2: a poupança apresenta baixa rentabilidade em comparação com outros investimentos de renda fixa. Além disso, é garantida pelo FGC até R\$ 250 mil por CPF, o que reduz o risco de perda do valor investido.

D) A caderneta de poupança tem a vantagem de ser tributada apenas no resgate antecipado e oferece liquidez limitada, já que os rendimentos são calculados no aniversário mensal.

Distrator 3: a poupança é isenta de tributos para pessoas físicas em qualquer prazo de resgate. Sua liquidez é alta, mas os rendimentos são creditados no aniversário mensal.

Questão 7.

Formato de resposta:	Múltipla escolha contextualizada
Identificação PD:	4.5
Nível cognitivo:	Aplicação
Dificuldade:	Fácil

Contexto:

Dolores, uma cliente de 45 anos, possui investimentos em duas instituições financeiras diferentes. Na instituição A, ela mantém suas aplicações em ações e fundos multimercado de alta volatilidade. Na instituição B, ela investe em títulos pós-fixados do Tesouro Direto e CDBs de baixo risco. Cada instituição tem uma visão parcial dos investimentos de Dolores, o que limita a análise do perfil de risco total de sua carteira. Uma das gerentes, Gabriela, sugeriu que Dolores aderisse ao *Open Finance*, o que permitiria consolidar todas as suas informações financeiras em uma única plataforma. Com isso, seria possível uma visão completa do portfólio total de Dolores.

Enunciado:

A adesão de Dolores ao *Open Finance* impactaria as indicações de investimento, especialmente no que se refere à avaliação do risco da carteira, ao permitir que Gabriela:

A) Tenha uma visão consolidada de todos os investimentos de Dolores, facilitando uma avaliação mais precisa do perfil de risco global e possibilitando recomendações de investimento mais adequadas ao perfil da cliente.

Gabarito: o *Open Finance* oferece uma visão integrada dos ativos, o que aprimora a avaliação do risco e a adequação das recomendações de investimento ao portfólio global.

B) Visualize os dados de investimento de Dolores, mas a análise do risco ainda ficará limitada, pois o sistema não considera variáveis como a volatilidade e o prazo dos ativos.

Distrator 1: embora Gabriela obtenha uma visão consolidada, o *Open Finance* inclui informações detalhadas, como a volatilidade e o perfil de risco dos ativos.

C) Veja apenas os investimentos em renda fixa de Dolores, o que ainda resultaria em uma visão parcial da carteira e limitaria as recomendações para ativos de maior risco.

Distrator 2: o *Open Finance* oferece uma visão abrangente, englobando tanto investimentos de renda fixa quanto de renda variável.

D) Acesse automaticamente todos os dados de investimentos de Dolores, sem a necessidade de consentimento explícito, o que agilizaria o processo de recomendação de investimentos.

Distrator 3: o *Open Finance* exige o consentimento explícito do cliente para o compartilhamento de informações financeiras.

Questão 8.

Formato de resposta:	Múltipla escolha contextualizada
Identificação PD:	3.2
Nível cognitivo:	Compreensão
Dificuldade:	Médio

Contexto:

Maria, uma jovem de 23 anos, deseja fazer um intercâmbio na Europa em 2 anos e precisa acumular €6.000 para cobrir as despesas. Após revisar seu orçamento, ela conclui que consegue economizar R\$ 1.200,00 por mês e decide aplicar suas economias mensais na poupança, buscando segurança e liquidez.

Enunciado:

Considerando o objetivo de Maria e as características da poupança, a principal limitação que ela precisa compreender é:

A) A variação cambial pode aumentar o valor necessário em reais, e a rentabilidade da poupança não acompanha essa variação.

Gabarito: como Maria está acumulando reais e precisa de euros, a maior limitação está na variação cambial. Uma desvalorização do real frente ao euro pode resultar em um valor insuficiente para atingir seu objetivo.

B) A rentabilidade da poupança pode não acompanhar a inflação brasileira, o que pode reduzir o valor real acumulado em termos de poder de compra.

Distrator 1: embora a rentabilidade da poupança possa não superar a inflação brasileira, o impacto para Maria será secundário, já que seu objetivo final está atrelado ao valor do euro, e não ao poder de compra em reais. A principal preocupação de Maria deve ser a variação cambial, e não a inflação interna.

C) A poupança oferece baixa liquidez para resgates antecipados, dificultando saques antecipados.

Distrator 2: a poupança oferece alta liquidez, permitindo resgates a qualquer momento. A limitação de Maria não está na liquidez, mas na variação cambial.

D) A poupança é sujeita a impostos que podem reduzir o valor acumulado, diminuindo o montante disponível.

Distrator 3: a poupança é isenta de Imposto de Renda para pessoas físicas, sendo essa uma vantagem, mas o principal desafio de Maria é a variação cambial.

Questão 9.

Formato de resposta:	Múltipla escolha
Identificação PD:	2.1.1.1.1
Nível cognitivo:	Aplicação
Dificuldade:	Médio

Contexto:

Lucas é um investidor conservador que busca preservar seu capital enquanto ganha um retorno constante. Ele tem algumas economias e deseja investir em títulos públicos. Lucas está particularmente preocupado com a inflação e quer garantir que seu investimento mantenha seu poder de compra ao longo do tempo, mesmo no caso de uma disparada inflacionária.

Enunciado:

Lucas buscou orientação de seu gerente, que, considerando seu perfil, sugeriu que ele investisse em:

A) NTN-B

Gabarito: a NTN-B é indexada ao IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), o que significa que oferece proteção contra a inflação. Isso se alinha perfeitamente com o objetivo de Lucas de preservar seu capital e manter o poder de compra ao longo do tempo. Ao selecionar essa opção, o profissional demonstrou capacidade de aplicar, no contexto de Sistema especial de liquidação e de custódia – Selic, os conceitos, as funções, os benefícios para pessoas

investidoras e os principais títulos custodiados no Selic: LFT, LTN, NTN-B, NTN-B Principal e NTN-F.

B) LTN

Distrator 1: a LTN é um título de taxa fixa que não se ajusta à inflação. Embora possa oferecer um retorno previsível, pode perder valor em termos reais se a inflação aumentar, o que não atende às preocupações de Lucas sobre a preservação do poder de compra. Ao selecionar essa opção, o profissional não demonstrou capacidade de aplicar, no contexto de Sistema especial de liquidação e de custódia – Selic, os conceitos, as funções, os benefícios para pessoas investidoras e os principais títulos custodiados no Selic: LFT, LTN, NTN-B, NTN-B Principal e NTN-F.

C) CDB

Distrator 2: os CDB não são títulos públicos e, portanto, não se inserem no rol de ativos pelos quais Lucas demonstrou interesse. Além disso, seus retornos podem não estar indexados à inflação. Ao selecionar essa opção, o profissional não demonstrou capacidade de identificar, no contexto de Sistema especial de liquidação e de custódia – Selic, os conceitos, as funções, os benefícios para pessoas investidoras e os principais títulos custodiados no Selic: LFT, LTN, NTN-B, NTN-B Principal e NTN-F.

D) LCA

Distrator 3: as LCA não são títulos públicos e, portanto, não se inserem no rol de ativos pelos quais Lucas demonstrou interesse. Além disso, seus retornos podem não estar indexados à inflação. Ao selecionar essa opção, o profissional não demonstrou capacidade de identificar, no contexto de Sistema especial de liquidação e de custódia – Selic, os conceitos, as funções, os benefícios para pessoas investidoras e os principais títulos custodiados no Selic: LFT, LTN, NTN-B, NTN-B Principal e NTN-F.

Questão 10.

Formato de resposta:	Múltipla escolha contextualizada
Identificação PD:	2.1.1.8.2
Nível cognitivo:	Aplicação
Dificuldade:	Médio

Contexto:

José é um investidor de perfil moderado que procura equilibrar risco e retorno, visando obter rendimentos superiores aos dos investimentos tradicionais de renda fixa, mas sem recorrer à renda variável. Com esse objetivo em mente, ele está explorando o mercado de crédito privado para encontrar o tipo de debênture que mais se alinhe ao seu perfil, sendo que, para fugir da

renda variável, José deve evitar um tipo específico de debênture, que possui componente de renda variável.

 Enunciado:

Considerando-se as demandas de José, ele deve evitar as:

A) Debêntures conversíveis

Gabarito: o profissional demonstrou capacidade de aplicar as definições de cada tipo de debênture negociado no mercado a fim de determinar que as debêntures conversíveis possuem componente de renda variável, por conta da opção de conversão que está embutida nos títulos.

B) Debêntures com garantia flutuante

Distrator 1: o profissional não demonstrou capacidade de aplicar as definições de cada tipo de debênture negociado no mercado, não atentando ao fato de que as debêntures com garantia flutuante não estão vinculadas a um ou mais ativos especificamente, não havendo qualquer componente de renda variável.

C) Debêntures com remuneração atrelada à taxa DI (CDI)

Distrator 2: o profissional não demonstrou capacidade de entender que, embora a taxa DI seja uma taxa flutuante (ou seja, pode variar ao longo do tempo), ela é vinculada a uma taxa de referência do mercado de renda fixa, permitindo previsibilidade quanto aos retornos esperados. Assim, não há componente de renda variável.

D) Debêntures incentivadas

Distrator 3: o profissional não demonstrou capacidade de identificar que as debêntures incentivadas possuem compromisso de pagamento assumido pela empresa emissora, com remuneração vinculada a uma taxa de referência do mercado de renda fixa, permitindo previsibilidade quanto aos retornos esperados. Assim, não há componente de renda variável.

Questão 11.

Formato de resposta	Múltipla escolha contextualizada
Identificação PD	4.6.3.1.
Nível cognitivo	Compreensão
Dificuldade	Fácil

Contexto:

Durante o processo de uma Oferta Pública de Aquisição (OPA), uma corretora utiliza um *chatbot* como suporte ao seu cliente, Carlos. O *chatbot* também auxilia Carlos, que utiliza a estratégia *buy and hold* em seus investimentos, ajudando-o a avaliar se a OPA está alinhada aos seus objetivos de longo prazo.

Enunciado:

No contexto de uma OPA, a principal vantagem para Carlos, ao utilizar um *chatbot* como ferramenta durante o processo de avaliação da oferta, considerando sua estratégia de investimento, é que o *chatbot*:

A) Permite que se obtenha um resumo das informações do edital, destacando aspectos-chave da OPA, como preço e prazos, facilitando a análise dos impactos financeiros da oferta no portfólio do investidor.

Gabarito: o papel do *chatbot* é auxiliar os investidores na interpretação das informações apresentadas no edital, que podem ser extensas e técnicas. Ele organiza e simplifica os dados mais relevantes, como prazos, preços e condições da oferta, ajudando o investidor a avaliar os possíveis impactos financeiros no seu portfólio. Essa função não substitui o edital, mas torna o processo mais acessível e eficiente. O profissional demonstrou capacidade de identificar, no contexto do uso de chatbot, como essa ferramenta pode ser utilizada para auxiliar um investidor que adota a estratégia *buy and hold* a tomar decisões informadas em relação a uma Oferta Pública de Aquisição (OPA).

B) Elimina a necessidade de consulta ao edital da OPA, tornando o processo mais simples para o investidor.

Distrator 1: embora o *chatbot* facilite a interpretação das informações, ele não elimina a obrigatoriedade da consulta ao edital. O edital é um documento legal exigido pela regulamentação da CVM, e o investidor é responsável por sua análise completa para tomar uma decisão informada. O profissional não demonstrou capacidade de identificar, no contexto do uso de *chatbot*, como essa ferramenta pode ser utilizada para auxiliar um investidor que adota a estratégia *buy and hold* a tomar decisões informadas em relação a uma Oferta Pública de Aquisição (OPA).

C) Traça o perfil de investimento do investidor, indicando se participar da OPA é compatível com a estratégia *buy and hold*.

Distrator 2: o *chatbot* não possui capacidade de fazer recomendações definitivas. Embora ele possa ajudar a esclarecer como a OPA pode impactar a estratégia do investidor, a decisão final cabe exclusivamente ao próprio investidor. O profissional não demonstrou capacidade de identificar, no contexto do uso de *chatbot*, como essa ferramenta pode ser utilizada para auxiliar um investidor que adota a estratégia *buy and hold* a tomar decisões informadas em relação a uma Oferta Pública de Aquisição (OPA).

D) Informa se o prêmio oferecido na OPA está próximo ao seu valor intrínseco, sugerindo a aceitação/recusa da oferta.

Distrator 3: o *chatbot* não realiza análises complexas como a determinação do valor intrínseco ou sugere decisões sobre aceitar ou recusar a oferta. A função do *chatbot* é oferecer suporte informativo, não fazer julgamentos ou recomendações financeiras. O profissional não demonstrou capacidade de identificar, no contexto do uso de *chatbot*, como essa ferramenta pode ser utilizada para auxiliar um investidor que adota a estratégia *buy and hold* a tomar decisões informadas em relação a uma Oferta Pública de Aquisição (OPA).

Questão 12.

Formato de resposta:	Múltipla escolha contextualizada
Identificação PD:	2.3.4.2
Nível cognitivo:	Compreensão
Dificuldade:	Fácil

Contexto:

Diogo, professor de Geografia, procurou seu gerente bancário para avaliar opções de empréstimos, pois enfrentará uma redução temporária no salário, devido ao cancelamento de algumas aulas previamente agendadas. Durante a conversa, ele demonstrou interesse pelo empréstimo consignado, mas manifestou dúvidas sobre o valor máximo que pode ser descontado diretamente de seu salário para o pagamento das parcelas.

Diante dessa preocupação, o gerente precisa explicar corretamente a limitação legal sobre os descontos aplicáveis ao empréstimo consignado.

 Enunciado:

A explicação correta a ser fornecida pelo gerente é:

A) A margem consignável, pois se refere ao valor máximo que pode ser descontado do salário, do benefício ou da pensão para o pagamento das prestações do empréstimo consignado.

Gabarito: a margem consignável estabelece o limite percentual do salário ou benefício que pode ser comprometido com empréstimos consignados. Esse conceito responde diretamente à dúvida de Diogo sobre o valor máximo que pode ser descontado.

B) A margem livre, pois se refere ao valor que não é utilizado para o pagamento de parcelas de empréstimos, como os que têm como base o salário, benefício ou pensão.

Distrator 1: a margem livre representa o montante do salário ou benefício que não está comprometido com descontos de empréstimos consignados. Embora seja um conceito relacionado, não responde diretamente à dúvida de Diogo sobre o limite máximo permitido para desconto.

C) A margem negativa, pois se refere ao cálculo mensal realizado com base nas informações dos contracheques dos meses anteriores, considerando o salário, benefício ou pensão.

Distrator 2: o termo "margem negativa" não se aplica ao cálculo da margem consignável. A análise dos contracheques pode ser utilizada para verificar a capacidade de pagamento, mas não estabelece um limite máximo de comprometimento do salário com empréstimos consignados.

D) A margem de garantia, pois se refere ao valor depositado para cobrir possíveis perdas decorrentes das oscilações do mercado.

Distrator 3: a margem de garantia é um conceito utilizado no mercado financeiro para garantir operações como derivativos e investimentos alavancados. Não está relacionada ao empréstimo consignado e não responde à dúvida de Diogo.

Questão 13.

Formato de resposta:	Múltipla escolha contextualizada
Identificação PD:	3.5.6.7
Nível cognitivo:	Aplicação
Dificuldade:	Médio

Contexto:

Júlia é gerente de Compliance em um banco digital e recebe um alerta sobre um cliente que, nos últimos três meses, realizou apenas pequenas transferências, mas agora efetuou uma remessa internacional de alto valor para um país classificado como de alto risco para lavagem de dinheiro.

O sistema de monitoramento do banco identificou a transação como potencialmente suspeita, e a equipe de auditoria interna solicita que Júlia compartilhe os dados desse cliente para uma análise detalhada. No entanto, ela sabe que a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) impõe restrições ao compartilhamento de informações pessoais, enquanto a legislação de Prevenção à Lavagem de Dinheiro (PLD) exige a comunicação de operações suspeitas às autoridades.

Agora, Júlia precisa decidir como proceder, equilibrando as exigências da LGPD e das normas de PLD para tomar uma decisão juridicamente correta.

Enunciado:

Diante da solicitação da auditoria interna para compartilhar os dados do cliente, a decisão correta de Júlia deve ser:

A) Comunicar a operação suspeita às autoridades competentes, pois a LGPD permite o compartilhamento de dados quando há obrigação legal para prevenção à lavagem de dinheiro.

Gabarito: a LGPD autoriza o tratamento e compartilhamento de dados sem consentimento quando há exigência legal, como nas normas de PLD, que determinam a comunicação de operações suspeitas ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF).

B) Solicitar a autorização do cliente antes de compartilhar qualquer informação sobre a operação.

Distrator 1: a LGPD prevê exceções ao consentimento do titular quando há obrigação legal, e a legislação de PLD exige que transações suspeitas sejam reportadas sem aviso ao cliente.

C) Arquivar a transação para análise futura, sem reportá-la enquanto não houver provas concretas de crime.

Distrator 2: a legislação de PLD exige que transações suspeitas sejam comunicadas às autoridades mesmo sem comprovação de ilícito, sendo a atuação do compliance de natureza preventiva.

D) Informar outras instituições financeiras sobre a movimentação suspeita para que investiguem o cliente.

Distrator 3: a LGPD permite o compartilhamento de dados para fins regulatórios e legais, mas não autoriza a divulgação indiscriminada de informações entre instituições financeiras sem respaldo legal específico.

Questão 14.

Formato de resposta:	Múltipla escolha contextualizada
Identificação PD:	1.1.2.1.1
Nível cognitivo:	Compreensão
Dificuldade:	Difícil

Contexto:

Gustavo, gerente bancário, atende um cliente que deseja reduzir a volatilidade de sua carteira sem renunciar à gestão ativa dos investimentos. Atualmente, a carteira do cliente possui alta exposição à Bolsa de Valores do Brasil (B3), e ele percebeu que as oscilações do mercado acionário estão impactando negativamente seus retornos. O cliente não quer se desfazer de suas ações, mas busca um fundo de investimento com menor correlação com o mercado acionário para equilibrar os riscos. Ele está disposto a investir R\$ 5 milhões, desde que a estratégia escolhida ofereça diversificação e proteção contra crises no mercado de ações. Gustavo precisa identificar a subclasse de fundo multimercado mais adequada ao objetivo do cliente.

Enunciado:

A subclasse de fundo multimercado mais alinhada à necessidade do cliente é:

A) Fundo Multimercado Juros e Moedas.

Gabarito: essa subclasse foca em estratégias de renda fixa, variação da taxa de juros e moedas estrangeiras, apresentando baixa correlação com o mercado acionário. Dessa forma, oferece uma diversificação eficiente e protege contra a volatilidade da B3, alinhando-se ao objetivo do cliente.

B) Fundo Multimercado Macro.

Distrator 1: embora essa subclasse utilize estratégias macroeconômicas baseadas em cenários globais e nacionais, muitos desses fundos possuem exposição a renda variável, incluindo ações, commodities e câmbio. Como resultado, eles podem ter correlação elevada com a B3, tornando-os inadequados para o objetivo do cliente.

C) Fundo Multimercado *Long and Short Neutro*.

Distrator 2: embora esse fundo adote uma estratégia de comprar e vender ações simultaneamente para tentar neutralizar o risco do mercado, ele ainda depende da volatilidade do mercado acionário para obter retornos. Como o cliente deseja reduzir sua exposição à B3, essa alternativa não atende ao objetivo da carteira.

D) Fundo Multimercado Livre.

Distrator 3: essa subclasse permite total liberdade na alocação dos ativos, o que significa que o gestor pode ou não reduzir a exposição à renda variável. Como não há garantia de que esse fundo terá baixa correlação com o mercado acionário, ele não oferece a segurança que o cliente busca para reduzir a volatilidade de sua carteira.

Questão 15.

Formato de resposta:	Múltipla escolha contextualizada
Identificação PD:	2.1.1.1.16
Nível cognitivo:	Compreensão
Dificuldade:	Médio

Contexto:

Henrique, gerente bancário, atende Gabriela, uma cliente que mantém todo o seu dinheiro na caderneta de poupança, pois acredita que esse investimento é seguro, livre de impostos e sempre rentável. Gabriela leu notícias sobre a taxa Selic e seu impacto na rentabilidade da poupança, mas ainda tem dúvidas sobre como isso afeta seus rendimentos. Ela também deseja entender se há situações em que a poupança pode render menos do que outros investimentos de renda fixa.

Enunciado:

Considerando as dúvidas de Gabriela, Henrique deve informá-la de que:

A) Quando a taxa Selic está igual ou abaixo de 8,5% ao ano, a remuneração da poupança é de 70% da Selic mais a Taxa Referencial (TR), o que pode resultar em um rendimento inferior ao de outros investimentos de renda fixa.

Gabarito: nesses cenários, a poupança rende 70% da Selic mais a TR, podendo ser menos atrativa que outros investimentos de renda fixa que acompanham a taxa Selic integralmente ou oferecem percentuais superiores do CDI.

B) Independentemente da taxa Selic, a poupança sempre rende 0,5% ao mês mais a TR, garantindo um retorno estável e competitivo.

Distrator 1: a rentabilidade da poupança varia conforme a taxa Selic. Apenas quando a Selic está acima de 8,5% ao ano, a poupança rende 0,5% ao mês mais a TR. Quando a Selic está igual ou abaixo de 8,5%, a rentabilidade é de 70% da Selic mais a TR.

C) A rentabilidade da poupança é diretamente influenciada pela inflação; em períodos de alta inflacionária, seu rendimento aumenta proporcionalmente.

Distrator 2: a rentabilidade da poupança não é diretamente atrelada à inflação, mas sim à taxa Selic e à TR. Em períodos de alta inflacionária, a rentabilidade real da poupança pode ser negativa se os rendimentos não superarem a inflação.

D) A TR (Taxa Referencial) é sempre positiva e adiciona um valor fixo ao rendimento da poupança, independentemente das condições econômicas.

Distrator 3: a TR pode ser zero ou positiva, dependendo das condições econômicas, e não adiciona um valor fixo ao rendimento da poupança.

Questão 16.

Formato de resposta:	Múltipla escolha contextualizada
Identificação PD:	2.1.1.1.3.10
Nível cognitivo:	Compreensão
Dificuldade:	Médio

Contexto:

Fernanda, gerente bancária, está auxiliando seu cliente, Rafael, que deseja investir em títulos de renda fixa lastreados em crédito imobiliário. Ele ouviu falar sobre a Letra Hipotecária (LH), mas não tem certeza sobre como funciona esse tipo de investimento e se ele se encaixa no seu perfil de investidor. Rafael mencionou que busca um investimento seguro, de longo prazo, que tenha uma rentabilidade previsível e que seja lastreado em ativos imobiliários, mas tem dúvidas sobre a garantia e a segurança desse título. Durante a conversa, Rafael questiona Fernanda sobre o que aconteceria caso os devedores dos créditos imobiliários que lastreiam a LH não honrassem seus pagamentos e se isso impactaria sua aplicação.

Enunciado:

Para esclarecer a dúvida de Rafael, Fernanda deve explicar que:

A) O banco emissor é responsável pelo pagamento do título, independentemente do desempenho dos créditos imobiliários que o lastreiam.

Gabarito: a LH é um título de renda fixa emitido por instituições financeiras e lastreado em créditos imobiliários. A segurança para o investidor advém da responsabilidade do banco emissor em honrar o pagamento do principal e dos juros, mesmo que os devedores dos créditos imobiliários não cumpram suas obrigações.

B) O Fundo Garantidor de Créditos (FGC) cobre o saldo investido até R\$ 250 mil por CPF e por instituição emissora.

Distrator 1: a LH não conta com a proteção do FGC. A garantia do pagamento depende exclusivamente da instituição financeira emissora, e não de um fundo de proteção.

C) Os créditos imobiliários que lastreiam a LH são separados do patrimônio do banco emissor, eliminando o risco da instituição.

Distrator 2: diferente de outros títulos como a Letra de Crédito Imobiliário (LCI), a LH não possui segregação patrimonial dos créditos que a lastreiam. Portanto, o risco está atrelado à saúde financeira do banco emissor.

D) O investidor pode resgatar o título a qualquer momento sem perda de rentabilidade, pois é um investimento de alta liquidez.

Distrator 3: a LH não possui liquidez imediata, pois o investidor precisa esperar o vencimento ou vender o título no mercado secundário, podendo haver variação de preços.

Questão 17.

Formato de resposta:	Múltipla escolha contextualizada
Identificação PD:	2.1.1.1.4
Nível cognitivo:	Compreensão
Dificuldade:	Fácil

Contexto:

Mônica, profissional certificada pela ANBIMA, está auxiliando André, que deseja investir em títulos de renda fixa emitidos por empresas que não sejam instituições financeiras. Ele ouviu falar sobre debêntures, certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) e Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA), mas tem dúvidas sobre o funcionamento desses investimentos e seus principais riscos. Durante a conversa, André expressa preocupação com a

segurança desses títulos, pois sabe que alguns investimentos de renda fixa possuem cobertura do Fundo Garantidor de Créditos (FGC). Ele quer entender se os títulos privados não emitidos por bancos contam com algum tipo de proteção contra inadimplência e quais aspectos deve avaliar antes de investir.

 Enunciado:

Diante da preocupação de André com a segurança dos títulos privados não emitidos por bancos, Mônica deve esclarecer que:

A) O investidor assume o risco de crédito do emissor, pois esses títulos não possuem cobertura do FGC.

Gabarito: Debêntures, CRI e CRA não contam com a proteção do FGC, o que significa que o investidor está exposto ao risco de inadimplência do emissor. Antes de investir, é fundamental avaliar a solidez financeira da empresa emissora e a estrutura do ativo.

B) Esses títulos são garantidos pelo FGC até o limite de R\$ 250 mil por CPF.

Distrator 1: a cobertura do FGC é restrita a produtos bancários, como CDBs e LCIs. Títulos emitidos por empresas, como debêntures, CRI e CRA, não estão protegidos por esse mecanismo.

C) A rentabilidade desses títulos, em certos casos, pode ser garantida pelo governo federal.

Distrator 2: o governo não assegura a rentabilidade de títulos privados. O retorno do investimento depende da capacidade financeira do emissor e das condições pactuadas no momento da aquisição.

D) O investidor pode solicitar o resgate imediato ao emissor a qualquer momento, sem perda de rentabilidade.

Distrator 3: esses títulos não possuem liquidez garantida. Caso o investidor queira vender antes do vencimento, precisará negociá-los no mercado secundário, onde o preço pode variar conforme a demanda e o risco do emissor.

Questão 18.

Formato de resposta:	Múltipla escolha contextualizada
Identificação PD:	2.1.1.1.8
Nível cognitivo:	Compreensão
Dificuldade:	Médio

Contexto:

Rodrigo, profissional certificado, está atendendo Marcelo, que busca alternativas de investimento em renda fixa privada e deseja avaliar se as debêntures são adequadas para sua carteira. Marcelo ouviu que as debêntures podem oferecer rentabilidade atrativa e superar investimentos bancários, mas tem dúvidas sobre os diferentes tipos e suas garantias. Durante a conversa, menciona que pretende investir em uma debênture emitida por uma empresa do setor elétrico, pois acredita que todos os títulos desse segmento possuem garantias e baixo risco de crédito. Agora, Rodrigo precisa esclarecer qual é o critério correto para avaliar a segurança de uma debênture e se o setor de atuação da empresa emissora influencia esse fator.

Enunciado:

Considerando a intenção de Marcelo de investir em debêntures do setor elétrico, Rodrigo deve esclarecer que a segurança desse investimento dependerá principalmente de:

A) O tipo de garantia oferecida pelo emissor, pois algumas debêntures possuem proteção adicional, enquanto outras dependem exclusivamente da solidez financeira da empresa.

Gabarito: Debêntures podem ser classificadas conforme a garantia oferecida. Algumas possuem garantia real, vinculada a bens do emissor, ou flutuante, que concede prioridade sobre ativos da empresa. Já as debêntures quirográficas não oferecem garantias específicas, tornando o risco dependente da capacidade financeira do emissor.

B) O setor de atuação da empresa emissora, pois empresas do setor elétrico sempre possuem menor risco de inadimplência.

Distrator 1: o setor de atuação pode influenciar a previsibilidade de receitas, mas não garante menor risco de inadimplência. Empresas do setor elétrico podem enfrentar dificuldades financeiras, e a segurança da debênture depende das garantias do título e do perfil de risco do emissor.

C) A obrigatoriedade de recompra pelo emissor antes do vencimento, caso o investidor solicite.

Distrator 2: o emissor não é obrigado a recomprar debêntures antes do vencimento. Caso o

investidor deseje sair antecipadamente, precisará negociá-las no mercado secundário, onde os preços podem variar conforme a demanda e o risco do emissor.

D) A isenção fiscal oferecida nas debêntures incentivadas, que torna esses títulos mais seguros.

Distrator 3: a isenção fiscal das debêntures incentivadas reduz o impacto tributário para investidores pessoa física, mas não afeta a segurança do investimento. O risco de crédito continua sendo um fator relevante, e o investidor pode sofrer perdas caso o emissor não cumpra os pagamentos.

Questão 19.

Formato de resposta:	Múltipla escolha contextualizada
Identificação PD:	2.1.1.2.2.2.4
Nível cognitivo:	Compreensão
Dificuldade:	Médio

Contexto:

Carolina, uma profissional do mercado financeiro, está atendendo Rafael, investidor que possui parte de seu patrimônio em ações e deseja entender melhor os proventos pagos pelas empresas listadas na B3. Rafael observou que recebeu pagamentos de dividendos e Juros sobre Capital Próprio (JCP) em sua conta na corretora. No entanto, ao analisar os valores, percebeu que o montante líquido recebido dos JCPs foi inferior ao valor anunciado pela empresa emissora. Sem compreender a razão dessa diferença, Rafael acredita que houve um erro no pagamento e questiona Carolina sobre o motivo pelo qual o valor líquido dos JCPs foi menor do que o esperado.

Enunciado:

Após analisar o extrato de Rafael e sua dúvida sobre os Juros sobre Capital Próprio (JCP), Carolina deve esclarecer que:

A) Os JCPs são tributados na fonte a uma alíquota de 15% de Imposto de Renda, reduzindo o valor líquido recebido pelo investidor.

Gabarito: diferentemente dos dividendos, que são isentos de Imposto de Renda para pessoas físicas, os Juros sobre Capital Próprio (JCP) são tributados na fonte a uma alíquota de 15%. Isso reduz o valor efetivamente recebido pelo investidor.

B) As empresas pagam os JCPs em datas distintas dos dividendos, o que pode gerar diferença na rentabilidade líquida.

Distrator 1: a periodicidade de pagamento pode variar entre empresas, mas a diferença entre o valor anunciado e o valor recebido não está relacionada à data de pagamento, e sim à tributação aplicada ao JCP.

C) Os JCPs são ajustados conforme a taxa Selic do período, o que reduz os valores pagos ao investidor.

Distrator 2: o valor do JCP não é diretamente influenciado pela taxa Selic, mas sim pela política de distribuição da empresa emissora e seus lucros. A Selic pode afetar a atratividade dos investimentos, mas não altera diretamente o valor do JCP pago ao investidor.

D) O investidor pode solicitar a restituição do Imposto de Renda descontado sobre os JCPs, garantindo a equiparação com os dividendos.

Distrator 3: o imposto de 15% retido na fonte sobre os JCPs é definitivo para pessoas físicas e não pode ser restituído. Essa característica torna os dividendos mais vantajosos do ponto de vista tributário.

Questão 20.

Formato de resposta:	Múltipla escolha contextualizada
Identificação PD:	2.1.1.2.2.2.6
Nível cognitivo:	Compreensão
Dificuldade:	Médio

Contexto:

Vinícius, profissional certificado pela ANBIMA, está atendendo um cliente que investe na B3 e deseja compreender os impactos dos grupamentos e desdobramentos de ações em sua carteira. O cliente menciona que possui 1.000 ações de uma empresa que anunciou um desdobramento na proporção de 1 para 5 e quer saber como isso afetará seu patrimônio e a quantidade de ações que terá após o evento. Agora, Vinícius precisa esclarecer qual será o efeito do desdobramento sobre o investimento do cliente.

Enunciado:

Em um desdobramento de ações como o descrito, o efeito para o investidor será o seguinte:

A) O número de ações aumentará proporcionalmente, enquanto o preço unitário se ajustará para manter o valor total investido.

Gabarito: em um desdobramento na proporção de 1 para 5, o investidor passa a ter 5 vezes mais ações, mas o preço unitário se reduz na mesma proporção. Dessa forma, o valor total da posição do investidor permanece inalterado.

B) O número de ações permanecerá o mesmo, mas o preço médio de compra será ajustado para cima.

Distrator 1: no desdobramento, a quantidade de ações aumenta e o preço unitário diminui proporcionalmente. O preço médio da posição é ajustado, mas não para cima.

C) O investidor terá um prejuízo imediato, pois o preço das ações será reduzido.

Distrator 2: a redução do preço unitário das ações não significa prejuízo, pois o número de ações aumenta proporcionalmente. O desdobramento não altera o valor total do investimento.

D) O grupamento é o contrário do desdobramento, mas em ambos os casos o valor total investido sempre aumenta.

Distrator 3: o grupamento reduz a quantidade de ações e eleva o preço unitário, enquanto o desdobramento aumenta a quantidade e reduz o preço. Em ambos os casos, o valor total da posição permanece inalterado, não aumentando automaticamente.

Questão 21.

Formato de resposta:	Múltipla escolha contextualizada
Identificação PD:	3.4.
Nível cognitivo:	Aplicação
Dificuldade:	Médio

Contexto:

Paula adquiriu um Certificado de Operações Estruturadas (COE) junto a uma instituição financeira. O desempenho financeiro do produto estava atrelado ao Índice de Ações IBOVESPA, com um período de investimento de 540 dias. Ao final do período, a rentabilidade bruta obtida foi de 40%.

Enunciado:

Considerando a tributação aplicável ao COE e o período de investimento de Paula, a rentabilidade líquida da aplicação foi de:

A) 33,0%

Gabarito: de acordo com a norma RFB, a alíquota incidente sobre o retorno bruto do COE é de 17,5% conforme tabela regressiva abaixo.

Tabela regressiva de IR	
Prazo de aplicação	Alíquota de IR
Até 180 dias	22,5%
De 181 a 360 dias	20%
De 361 a 720 dias	17,5%
Acima de 720 dias	15%

De acordo com a tabela regressiva do Imposto de Renda para investimentos em renda fixa, a alíquota aplicável ao rendimento de um COE resgatado entre 361 e 720 dias é de 17,5%. Assim, a rentabilidade líquida é calculada como $40\% \times (1 - 0,175) = 33,0\%$.

B) 32,0%

Distrator 1: o cálculo utilizou uma alíquota de 20%, aplicável a investimentos com prazo entre 181 e 360 dias, quando deveria ter sido de 17,5%. O resultado incorreto da rentabilidade líquida foi de $40\% \times (1 - 0,2) = 32,0\%$.

C) 31,0%

Distrator 2: o cálculo aplicou uma alíquota de 22,5%, utilizada para prazos inferiores a 180 dias, o que não é correto para este caso. O resultado incorreto da rentabilidade líquida foi de $40\% \times (1 - 0,225) = 31,0\%$.

D) 34,0%

Distrator 3: a alíquota utilizada foi de 15%, aplicável apenas para prazos superiores a 720 dias, ou foi aplicada a tributação de ganhos de capital sobre ações, o que não se encaixa no COE. O cálculo incorreto resultou em $40\% \times (1 - 0,15) = 34,0\%$.

Questão 22.

Formato de resposta:	Múltipla escolha contextualizada
Identificação PD:	3.1.2.3
Nível cognitivo:	Aplicação
Dificuldade:	Médio

Contexto:

Luís abriu uma conta de depósito de caderneta de poupança como titular e aplicou R\$ 1 milhão. Ele manteve os recursos investidos durante um mês. Na data de aniversário da aplicação, a Taxa Referencial (TR) foi de 0,1715% ao mês. A taxa Selic apurada no período foi de 11,25% ao ano, correspondendo a uma taxa mensalizada de 0,935%.

Enunciado:

Considerando a legislação vigente sobre a remuneração da caderneta de poupança, o saldo da conta de Luís na data de aniversário, um mês após a aplicação, será:

A) R\$ 1.006.723,58

Gabarito: de acordo com a legislação atual, a remuneração da poupança é composta pela Taxa Referencial (TR) e uma remuneração adicional. Como a Selic estava acima de 8,5% ao ano, a remuneração adicional é de 0,5% ao mês. Assim, o saldo da aplicação é calculado da seguinte forma: Saldo final = $1.000.000 \times (1 + 0,50\%) \times (1 + 0,1715\%) = \text{R\$ } 1.006.723,58$.

B) R\$ 1.006.715,00

Distrator 1: o cálculo incorreto foi feito somando diretamente as taxas de 0,5% e 0,1715%, em vez de aplicar a fórmula da capitalização composta. O saldo incorreto foi obtido como: Saldo final = $1.000.000 \times (1 + 0,50\% + 0,1715\%) = \text{R\$ } 1.006.715,00$.

C) R\$ 1.006.545,45

Distrator 2: o cálculo aplicou 70% da taxa Selic mensalizada em vez da regra correta para quando a Selic está acima de 8,5% ao ano. O saldo incorreto foi obtido como: Saldo final = $1.000.000 \times (1 + 70\% \times 0,935\%) = \text{R\$ } 1.006.545,45$.

D) R\$ 1.009.350,65

Distrator 3: o cálculo considerou erroneamente a aplicação da taxa Selic integral como fator de remuneração, o que não está previsto na norma para a caderneta de poupança. O saldo incorreto foi obtido como: Saldo final = $1.000.000 \times (1 + 0,935\%) = \text{R\$ } 1.009.350,65$.

Questão 23.

Formato de resposta:	Múltipla escolha contextualizada
Identificação PD:	2.1.1.4.
Nível cognitivo:	Compreensão
Dificuldade:	Médio

Contexto:

Paulo é gerente de investimentos de um banco e está atendendo Natália, uma investidora que deseja diversificar sua carteira sem renunciar à segurança. Atualmente, ela possui 30% do patrimônio em renda variável e busca um produto que combine potencial de valorização atrelado a um ativo de referência, mas sem risco de perda do capital investido.

Diante desse perfil, Paulo apresenta o Certificado de Operações Estruturadas (COE) como uma alternativa viável. Ele explica que esse produto pode ser estruturado de diferentes formas e que nem sempre oferece liquidez imediata ou resgate garantido antes do vencimento. Além disso, destaca que determinadas condições do COE podem impactar a flexibilidade da estratégia, caso Natália deseje acessar os recursos antecipadamente.

Natália se mostra interessada, mas antes de tomar uma decisão, pede para que Paulo detalhe os principais riscos e restrições desse investimento, garantindo que ele esteja alinhado ao seu perfil e objetivos financeiros.

Enunciado:

Para que Natália tome uma decisão fundamentada sobre esse investimento, um fator essencial que ela deve ser orientada a considerar antes de aplicar seus recursos é:

A) A liquidez pode ser limitada, pois o resgate antes do vencimento pode não ser garantido ou estar sujeito a deságio.

Gabarito: o COE nem sempre permite resgate antecipado, e quando há mercado secundário, o valor pode sofrer deságio, impactando o retorno do investidor.

B) O investimento conta com proteção do Fundo Garantidor de Créditos (FGC), eliminando o risco sobre o capital investido.

Distrator 1: COEs não possuem garantia do FGC, pois são produtos estruturados baseados em derivativos e ativos financeiros de diversas classes, e o risco depende da instituição emissora.

C) A tributação segue as regras aplicadas a fundos de previdência privada, permitindo diferimento fiscal.

Distrator 2: a tributação do COE segue a tabela regressiva do Imposto de Renda para renda fixa (22,5% a 15%, conforme o prazo do investimento), e não se aplica o regime de previdência privada.

D) O produto protege integralmente o capital investido, garantindo que Natália não sofrerá perdas financeiras.

Distrator 3: nem todos os COEs garantem 100% do capital investido, pois existem estruturas de risco variado. Alguns COEs possuem proteção total, mas outros podem permitir perdas parciais dependendo da estrutura do ativo subjacente.

Questão 24.

Formato de resposta:	Múltipla escolha contextualizada
Identificação PD:	1.1.2.
Nível cognitivo:	Compreensão

Dificuldade:

Médio

Contexto:

Rebeca trabalha na distribuição de produtos financeiros em uma instituição de investimento, assessorando clientes na escolha de fundos. Durante uma reunião com um investidor qualificado, surge uma dúvida sobre a estruturação dos fundos de investimento, especialmente no que diz respeito à segmentação entre classes e subclasses de cotas.

O investidor demonstra interesse em entender como essa estrutura pode permitir maior flexibilidade na personalização dos produtos financeiros sem comprometer a gestão dos ativos. Ele quer saber, por exemplo, se um mesmo fundo pode oferecer diferentes opções de liquidez e custos, sem alterar a política de investimentos do fundo.

Enunciado:

Diante da dúvida do investidor, Carla deve fornecer o seguinte esclarecimento:

A) Um fundo de investimento Multimercado pode ter subclasses como Alta Liquidez (resgate em D+1) e Longo Prazo (resgate em D+30), permitindo que diferentes perfis de investidores escolham a melhor opção mantendo a política de investimento do fundo.

Gabarito: esse é um exemplo prático da aplicação da estrutura de classes e subclasses em fundos de investimento brasileiros, permitindo maior flexibilidade operacional para atender diferentes perfis de investidores sem impactar a gestão dos ativos.

B) As classes de cotas e as subclasses compartilham o mesmo patrimônio dentro de um fundo, diferenciando-se apenas por fatores como público-alvo e taxas de administração, sem influência na política de investimento ou na segregação patrimonial.

Distrator 1: as classes possuem segregação patrimonial e podem adotar diferentes estratégias de investimento, enquanto as subclasses compartilham o patrimônio da classe, diferenciando-se em aspectos operacionais, como liquidez e taxas.

C) As subclasses de cotas representam divisões independentes dentro de um fundo e podem seguir estratégias de investimento distintas dentro da mesma classe, desde que respeitem o patrimônio segregado de cada segmento.

Distrator 2: subclasses não possuem segregação patrimonial nem estratégias de investimento próprias; elas compartilham o patrimônio e a política da classe correspondente, diferenciando-se por características operacionais.

D) Não há distinção prática entre classes e subclasses dentro de um fundo de investimento, pois todos os cotistas compartilham o mesmo portfólio e as mesmas regras operacionais, independentemente da segmentação.

Distrator 3: a estrutura de classes e subclasses permite segmentação de investidores, com classes possuindo segregação patrimonial e subclasses compartilhando o mesmo patrimônio, mas podendo ter diferentes regras de liquidez e custos.

Questão 25.

Formato de resposta:	Múltipla escolha contextualizada
Identificação PD:	4.4.5.6.
Nível cognitivo:	Aplicação
Dificuldade:	Média

Contexto:

Mário, empreendedor do setor digital, busca expandir suas operações financeiras e está avaliando as possibilidades oferecidas pelo Real Digital (Drex). Ele se interessou pela programabilidade dessa nova tecnologia, que permite a automação de processos e a personalização de produtos financeiros. Com a implementação do Drex, Mário pretende otimizar custos operacionais e melhorar a experiência de seus clientes ao utilizar serviços financeiros. Para entender melhor essas inovações, ele procurou um gerente do banco onde mantém conta empresarial, buscando informações sobre o impacto do Real Digital na oferta de serviços financeiros.

Enunciado:

Considerando a conversa de Mário com o gerente do banco, um impacto da programabilidade do Real Digital para seus negócios é:

A) A introdução de contratos inteligentes permitirá que Mário desenvolva produtos e serviços financeiros personalizados a um custo menor, melhorando o acesso a crédito e a oferta de serviços.

Gabarito: a programabilidade do Real Digital busca viabilizar novos modelos de negócios, como a personalização de produtos financeiros e a redução de custos operacionais.

B) A implementação do Real Digital reduzirá os custos operacionais de Mário ao automatizar alguns serviços financeiros, mas não influenciará diretamente a personalização dos produtos.

Distrator 1: embora o Real Digital reduza custos operacionais por meio da automação, a programabilidade tem como objetivo direto permitir a personalização de produtos financeiros.

C) O Real Digital eliminará os riscos das transações financeiras de Mário, garantindo segurança absoluta em todas as operações realizadas.

Distrator 2: apesar de melhorias na segurança com o Real Digital, ainda existem riscos em qualquer transação financeira.

D) A programabilidade do Real Digital resultará na padronização dos produtos financeiros, limitando a capacidade de Mário de personalizar suas ofertas de serviços financeiros.

Distrator 3: a programabilidade visa exatamente o oposto, permitindo a personalização dos produtos financeiros, ao invés de padronizá-los.

Questão 26.

Formato de resposta:	Múltipla escolha contextualizada
Identificação PD:	1.2.6.3.
Nível cognitivo:	Aplicação
Dificuldade:	Fácil

Contexto:

Nelson, comerciante, 40 anos, é um pequeno investidor com perfil conservador, focado na preservação de capital, e tem demonstrado preocupação com o impacto das recentes decisões do Comitê de Política Monetária (Copom) em seus investimentos. Com a elevação da taxa básica de juros (Selic) em resposta ao cenário de inflação crescente e sinalizações de novas altas, Nelson busca orientações do gerente do seu banco sobre como ajustar sua carteira de investimentos. Considere os dados para atual carteira de Nelson:

- Renda Fixa Pós-Fixado: R\$ 35.000,00
- Renda Fixa Pré-Fixado: R\$ 25.000,00
- Fundo Imobiliário: R\$5.000,00
- Ações: R\$ 15.000,00
- Câmbio: R\$ 10.000,00

Enunciado:

Com base nesse cenário, a melhor opção para a carteira de Nelson seria:

A) Aumentar sua posição em ativos pós-fixados atrelados à taxa de juros do CDI e reduzir sua posição em investimentos cuja rentabilidade está atrelada ao IBOVESPA.

Gabarito: a elevação da Selic beneficia aplicações pós-fixadas atreladas ao CDI, tornando-as mais seguras e rentáveis. Ao mesmo tempo, o aumento dos juros desestimula o mercado de ações, podendo gerar volatilidade e perdas, o que contraria o perfil conservador de Nelson.

B) Aumentar sua posição em aplicações atreladas ao índice IBOVESPA e reduzir sua posição comprada (*long*) no mercado de câmbio (futuro ou derivativo).

Distrator 1: a elevação da taxa de juros pelo Copom tende a reduzir o valor das ações e derrubar o IBOVESPA.

C) Montar uma posição comprada (*long*) no mercado de câmbio (futuro ou derivativo) e reduzir sua alocação em títulos prefixados (Tesouro Prefixado – LTN).

Distrator 2: a alta dos juros no Brasil estimula o ingresso de recursos externos destinados à renda fixa, o que tende a apreciar o real frente ao dólar, gerando perdas em uma posição comprada em moeda estrangeira.

D) Aumentar sua exposição em títulos prefixados e posições compradas no mercado de câmbio, aproveitando a expectativa de alta nos preços de ambos os ativos.

Distrator 3: a elevação da taxa Selic tende a desvalorizar os títulos prefixados existentes, pois passam a oferecer retornos menos competitivos em relação às novas emissões. Além disso, a alta dos juros geralmente aprecia o real frente ao dólar, gerando perdas em posições compradas no mercado de câmbio.

Questão 27.

Formato de resposta:	Múltipla escolha contextualizada
Identificação PD:	4.4.3.9.
Nível cognitivo:	Aplicação
Dificuldade:	Médio

Contexto:

Carlos é um especialista de investimentos que assessora um grupo de investidores de perfil conservador. Durante uma reunião, um dos clientes manifesta interesse em Letras de Crédito Imobiliário (LCIs), pois ouviu falar que esse investimento oferece isenção de imposto de renda e boa segurança. Ele deseja entender melhor como funciona a destinação dos recursos captados e quais mecanismos protegem os investidores.

Carlos explica que as LCIs são títulos emitidos por instituições financeiras e possuem regras específicas que garantem a segurança do investidor.

Ao final da explicação, o cliente pede mais detalhes sobre como esse mecanismo funciona na prática.

Enunciado:

Carlos, sabendo da dúvida do cliente, explica que para garantir a segurança dos investidores, os recursos captados por esse título devem ser:

A) Vinculados a ativos específicos, garantindo que a instituição emissora tenha lastro suficiente para honrar seus compromissos.

Gabarito: as LCIs exigem que os recursos captados sejam lastreados em créditos imobiliários, proporcionando maior segurança ao investidor e garantindo transparência na destinação dos valores. Esse mecanismo evita que o emissor utilize os recursos de maneira arbitrária.

B) Utilizados conforme a estratégia de gestão do emissor, sem necessidade de comprovação de destinação.

Distrator 1: a destinação dos recursos não é livre, pois deve obrigatoriamente estar vinculada a operações imobiliárias conforme exigido pela regulamentação.

C) Protegidos integralmente por um fundo garantidor, independentemente do valor investido ou da instituição emissora.

Distrator 2: embora LCIs contem com proteção do FGC, essa cobertura tem um limite por CPF/CNPJ e por instituição financeira, não sendo ilimitada.

D) Mantidos exclusivamente em caixa da instituição emissora até o vencimento do título.

Distrator 3: os recursos não ficam parados no caixa do emissor, pois precisam ser aplicados em financiamentos imobiliários que servem de lastro para as LCIs.

Questão 28.

Formato de resposta:	Múltipla escolha contextualizada
Identificação PD:	2.1.4.1.
Nível cognitivo:	Aplicação
Dificuldade:	Fácil

Contexto:

André, um investidor experiente, costuma negociar ETFs de renda variável devido à sua liquidez e diversificação instantânea. Recentemente, ele percebeu um comportamento atípico em um de seus ETFs preferidos, que replica um índice setorial. Durante um dia de forte oscilação no mercado, as cotações do fundo apresentaram uma variação inesperada em relação ao valor que ele considerava justo para esse tipo de investimento.

Intrigado, André pesquisou notícias e análises sobre o mercado e percebeu que esse fenômeno aconteceu em outras ocasiões similares no passado. Alguns especialistas apontaram possíveis explicações para essa situação, mas não houve um consenso claro. Agora, ele precisa avaliar quais fatores podem ter influenciado essa diferença e decidir como agir.

Ao analisar suas operações recentes, André percebe que um de seus investimentos passou a apresentar variações inesperadas em relação a um valor de referência que historicamente seguia de perto.

Enunciado:

Para avaliar a origem dessa mudança e os possíveis impactos sobre sua estratégia, ele precisa identificar o fator determinante dessa diferença, que é:

A) Redução da liquidez dos ativos subjacentes, dificultando o ajuste eficiente entre preço e referência.

Gabarito: em momentos de baixa liquidez nos ativos que compõem o fundo, a dificuldade de negociação faz com que os preços das cotas negociadas no mercado se descolem do valor patrimonial líquido (NAV), pois os participantes do mercado não conseguem arbitrar essa diferença de forma eficiente.

B) Erro na metodologia de cálculo do índice de referência.

Distrator 1: índices seguem metodologias bem definidas e revisadas periodicamente. Alterações pontuais não causam grandes descolamentos de preços no curto prazo.

C) O aumento do volume de negociação do ETF, ampliando a diferença entre preço e referência.

Distrator 2: um maior volume de negociação geralmente melhora a eficiência de precificação, reduzindo distorções, e não ampliando-as. O descolamento ocorre quando há baixa liquidez nos ativos subjacentes, e não quando há mais negociações no próprio ETF.

D) Impacto de um evento corporativo em uma única ação da carteira do fundo.

Distrator 3: embora um evento relevante possa afetar um componente do fundo, descolamentos significativos entre preço e referência normalmente são causados por fatores sistêmicos, e não pela influência isolada de um único ativo.

Questão 29.

Formato de resposta:	Múltipla escolha contextualizada
Identificação PD:	1.1.2
Nível cognitivo:	Compreensão
Dificuldade:	Médio

Contexto:

Rafael foi promovido a especialista de investimentos em seu banco e está aprofundando seus conhecimentos sobre fundos de renda fixa para orientar seus clientes com mais segurança. Durante um treinamento interno, ele estuda um Fundo de Investimento Referenciado DI e aprende que ele possui duas classes de cotas, cada uma com características distintas.

A Classe A, que investe exclusivamente em títulos públicos federais, sendo a alternativa mais conservadora, e a Classe B, que aplica recursos em cotas de outros fundos, mas apresenta subclasses com características diferenciadas:

- **Subclasse 1:** permite uma pequena parcela de investimentos em títulos privados, desde que sigam critérios rigorosos de risco.
- **Subclasse 2:** oferece isenção de taxa de administração para aplicações acima de um determinado valor.
- **Subclasse 3:** mantém uma reserva de liquidez maior para minimizar impactos em momentos de resgates elevados.

Durante o treinamento, Rafael percebe que essa estrutura não é comum entre fundos desse tipo e deseja compreender melhor o impacto dessas características na escolha dos investidores.

Ao aprofundar seus estudos sobre fundos de investimento, Rafael percebeu que algumas estruturas apresentam particularidades que podem impactar os investidores de formas distintas.

Enunciado:

Para interpretar corretamente essas diferenças e saber orientar seus clientes, Rafael precisa compreender que:

A) Algumas subclasses permitem alocação limitada em títulos privados, enquanto outras focam na redução de custos para investidores de grande porte ou na gestão da liquidez para minimizar impactos de resgates.

Gabarito: algumas subclasses possibilitam diversificação com títulos privados sob critérios rigorosos, enquanto outras oferecem vantagens específicas para diferentes perfis de investidores.

B) Todas as cotas seguem as mesmas regras de alocação, diferenciando-se apenas pelo prazo de aplicação mínima exigido para os investidores.

Distrator 1: a estrutura do fundo permite diferenciações na alocação de ativos, no custo para investidores e na liquidez, não apenas no prazo de aplicação.

C) A classe mais conservadora do fundo investe apenas em cotas de outros fundos de investimento.

Distrator 2: a classe conservadora investe exclusivamente em títulos públicos federais, não em cotas de outros fundos.

D) Os investidores que desejam evitar volatilidade devem escolher as subclasses que investem exclusivamente em ativos privados.

Distrator 3: subclasses com maior exposição a ativos privados podem apresentar maior risco de crédito e volatilidade, enquanto a opção com gestão mais ativa da liquidez é a mais adequada para minimizar oscilações.

Questão 30.

Formato de resposta:	Múltipla escolha contextualizada
Identificação PD:	2.4.4.1.
Nível cognitivo:	Compreensão
Dificuldade:	Médio

Contexto:

Carlos, um profissional autônomo de 37 anos, decidiu iniciar um plano de investimentos para alcançar dois objetivos distintos. O primeiro é comprar um automóvel em 2 anos, e o segundo é garantir uma reserva para a aposentadoria aos 65 anos. Atualmente, tem uma renda mensal de R\$ 22.000,00 e pretende investir R\$ 1.500,00 por mês.

Buscando auxílio especializado, Carlos procurou José, um profissional de investimentos certificado pela ANBIMA, para esclarecer suas dúvidas. Ele quer um balanceamento entre risco e retorno para ambos os objetivos, mas não sabe se deve utilizar as mesmas opções de investimento para prazos diferentes. José explicou que o horizonte de investimento tem impacto direto na seleção dos ativos, pois influencia a liquidez, o risco e o potencial de retorno de cada aplicação.

Enunciado:

Com base na situação de Carlos, o fator essencial que ele precisa considerar sobre o horizonte de investimento é que:

A) O tempo dedicado a cada objetivo impacta a escolha dos investimentos, demandando liquidez e segurança no curto prazo e tolerância ao risco no longo.

Gabarito: como Carlos pretende comprar um automóvel em 2 anos, ele deve priorizar investimentos de menor risco e maior liquidez. Já para a aposentadoria, que ocorrerá daqui a quase 30 anos, ele pode considerar aplicações com maior potencial de retorno, mesmo que apresentem mais oscilações no curto prazo.

B) Independente do prazo, investir em renda fixa garante a segurança necessária para os objetivos de curto e longo prazo.

Distrator 1: a renda fixa oferece segurança, mas nem sempre é a melhor opção para maximizar retornos. No longo prazo, ativos mais arriscados tendem a superar a inflação, por isso diversificar entre renda fixa e variável é mais eficiente.

C) Para alcançar o objetivo de curto prazo, pode-se investir em ativos mais voláteis, porque o tempo reduzido exige um maior potencial de retorno.

Distrator 2: no curto prazo, não se deve correr riscos elevados, pois eventuais perdas podem comprometer sua capacidade de atingir a meta.

D) Como a aposentadoria é um objetivo distante, os investimentos podem ser mantidos em poucos ativos, com baixa diversificação.

Distrator 3: mesmo para metas de longo prazo, a diversificação é fundamental para equilibrar riscos e oportunidades de ganho, protegendo o capital ao longo do tempo.

Questão 31.

Formato de resposta:	Múltipla escolha contextualizada
Identificação PD:	3.1.5
Nível cognitivo:	Aplicação
Dificuldade:	Fácil

Contexto:

Aristides, 59 anos, está prestes a se aposentar e possui um patrimônio moderado, majoritariamente composto por imóveis e alguns ativos financeiros. Sua principal preocupação é garantir o bem-estar de sua esposa, Verônica, 55 anos, e de seu único filho, Miguel, de 15 anos, caso venha a falecer. Aristides possui um VGBL que será uma parte importante de sua renda de aposentadoria. Ele busca minimizar o impacto tributário e garantir que sua família tenha liquidez de forma rápida.

Enunciado:

Com base nas condições financeiras de sua família e na estratégia futura, Aristides deve optar por:

A) Uma renda mensal vitalícia reversível ao cônjuge, com continuidade para menores, pois, ao escolher essa opção, sua renda mensal seria reduzida, mas ele garantiria uma renda vitalícia para sua esposa e uma renda para seu filho até a idade estabelecida no regulamento do fundo.

Gabarito: essa é a única opção que garante renda para Aristides, sua esposa e seu filho. Essa renda seria recebida sem a necessidade de inventário, caso Aristides falecesse. Apesar de essa opção diminuir a renda de Aristides, é a que cumpre seu objetivo familiar. Cabe ressaltar que, na fase de acumulação de um fundo de previdência aberto (CD/CV), o investidor não tem que decidir, a priori, sobre a distribuição dos recursos. Essa decisão será tomada, apenas, no momento da aposentadoria, podendo escolher entre os diversos tipos de renda oferecidos pela instituição e que são normatizados pela SUSEP. O profissional demonstrou capacidade de determinar, no contexto de estruturas de planejamento sucessório, o plano de previdência complementar que melhor atinge os objetivos de sucessão.

B) Resgate total no ato da aposentadoria, reinvestindo o montante em ativos financeiros, pois isso proporcionaria rendimentos para viver, sendo a opção potencialmente mais rentável, mas com riscos associados à gestão desses ativos.

Distrator 1: essa opção não garante renda vitalícia para o filho e a esposa; além disso, o valor que ele vier a receber desse montante deve transitar por inventário e estar sujeito a pagamento de imposto de transmissão. O profissional não demonstrou capacidade de determinar, no contexto de estruturas de planejamento sucessório, o plano de previdência complementar que melhor atinge os objetivos de sucessão.

C) Renda mensal vitalícia reversível ao beneficiário indicado, pois, nesse caso, ele poderia indicar seu filho como beneficiário principal, já que sua esposa tem a mesma idade que ele e poderia depender de outros ativos herdados para seu sustento.

Distrator 2: essa opção negligencia a esposa ou o filho de Aristides na escolha como beneficiário de renda vitalícia. O profissional não demonstrou capacidade de identificar, no contexto de estruturas de planejamento sucessório, o plano de previdência complementar que melhor atinge os objetivos de sucessão.

D) Uma renda mensal vitalícia com prazo mínimo garantido, pois, dessa forma, ele poderia indicar tanto sua esposa quanto seu filho como beneficiários, desde que ele não venha a falecer após o prazo mínimo estipulado.

Distrator 3: essa opção é arriscada, pois, se Aristides vivesse acima do prazo mínimo, seus beneficiários perderiam o direito a renda vitalícia. O profissional não demonstrou capacidade de identificar, no contexto de estruturas de planejamento sucessório, o plano de previdência complementar que melhor atinge os objetivos de sucessão.

Questão 32.

Formato de resposta:	Múltipla escolha contextualizada
Identificação PD:	1.1.3.1.3.
Nível cognitivo:	Compreensão
Dificuldade:	Médio

Contexto:

Patrícia administra uma pequena empresa e busca uma solução para gerenciar seus recebimentos. Ela está em dúvida entre utilizar uma instituição de pagamento, devido às taxas mais baixas, liquidação rápida e menor burocracia, ou manter os serviços com o banco, considerando o relacionamento já existente. Durante a conversa, ela menciona que, no futuro, pretende investir no crescimento do negócio e busca a solução mais adequada para suas necessidades atuais e futuras.

Enunciado:

Considerando as necessidades de Patrícia, a orientação mais adequada deve:

A) Sugerir a combinação de uma instituição de pagamento para as operações de recebimento e o banco para facilitar o acesso a crédito quando necessário.

Gabarito: oferece uma solução equilibrada que atende às necessidades imediatas e futuras.

B) Indicar a instituição de pagamento, já que ela oferece liquidação rápida e menor burocracia, o que atende bem às necessidades atuais de Patrícia.

Distrator 1: ignora a necessidade futura de acesso ao crédito.

C) Reforçar o uso do banco, pois ele também oferece serviços de recebimento e pode facilitar o acesso a crédito no futuro.

Distrator 2: ignora as vantagens imediatas da instituição de pagamento em termos de liquidação e burocracia.

D) Recomendar a instituição de pagamento e, se surgir a necessidade de crédito no futuro, analisar outras opções de financiamento disponíveis no mercado.

Distrator 3: não antecipa a necessidade de planejamento para o acesso ao crédito.

Questão 33.

Formato de resposta:	Múltipla escolha contextualizada
Identificação PD:	2.2.1.2
Nível cognitivo:	Aplicação
Dificuldade:	Fácil

Contexto:

Cláudia tem 35 anos e está planejando sua aposentadoria de longo prazo. Ela deseja um investimento flexível, que permita diversificar sua carteira sem impactar sua tributação atual. Seu objetivo é formar patrimônio ao longo dos anos para ter uma reserva complementar na aposentadoria. Atualmente, Cláudia tem uma renda bruta anual de R\$ 120.000,00, faz a declaração simplificada do Imposto de Renda e pretende investir R\$ 20.000,00 por ano em previdência privada. Durante uma conversa com seu consultor de investimentos, Cláudia pergunta qual plano seria mais adequado ao seu perfil e objetivos.

Enunciado:

Com base no perfil e objetivos de Cláudia, o consultor provavelmente indicará:

A) O VGBL, pois ele é mais vantajoso para quem faz a declaração simplificada, e o imposto incide apenas sobre os rendimentos no resgate.

Gabarito: como Cláudia não faz a declaração completa, ela não pode deduzir os 12% da renda tributável no PGBL, tornando o VGBL a melhor opção.

B) O PGBL, pois Cláudia poderia reduzir sua base de cálculo do IR em R\$ 14.400,00 (12% de R\$ 120.000,00), gerando economia fiscal imediata.

Distrator 1: o benefício da redução da base de cálculo só se aplica para quem faz a declaração completa, o que não é o caso de Cláudia.

C) O VGBL, pois esse plano permite deduzir R\$ 20.000,00 do IR na declaração simplificada, garantindo a maior economia fiscal no momento da aplicação.

Distrator 2: o VGBL não gera dedução fiscal na declaração, pois os aportes não reduzem a base tributável.

D) O PGBL sempre será a melhor opção para qualquer investidor, pois permite deduzir os aportes e pagar menos imposto no momento da aplicação.

Distrator 3: o PGBL só é vantajoso para quem faz a declaração completa, o que não se aplica a todos os investidores.

Questão 34.

Formato de resposta:	Múltipla escolha contextualizada
Identificação PD:	2.2.1.2
Nível cognitivo:	Aplicação
Dificuldade:	Médio

Contexto:

Eduardo investiu ao longo de 12 anos em um plano de previdência privada VGBL e agora deseja fazer um resgate parcial para complementar sua renda na aposentadoria. Seu saldo total no plano é de R\$ 400.000,00, sendo R\$ 250.000,00 em aportes e R\$ 150.000,00 de rendimentos. Eduardo optou pela tributação regressiva, em que a alíquota do imposto de renda sobre os rendimentos é de 10% para resgates após 10 anos de aplicação e 15% para resgates entre 8 e 10 anos. Ele pretende retirar R\$ 100.000,00 do saldo total.

Enunciado:

O valor do imposto de renda retido no resgate de Eduardo é de:

A) R\$ 3.750,00

Gabarito: o percentual de rendimentos sobre o total é 37,5% (R\$ 150.000,00 de um saldo de R\$ 400.000,00), o que significa que R\$ 37.500,00 dos R\$ 100.000,00 resgatados são rendimentos. Aplicando a alíquota de 10% sobre R\$ 37.500,00, o IR devido é R\$ 3.750,00.

B) R\$ 10.000,00

Distrator 1: esse valor considera 10% sobre o valor total resgatado (R\$ 100.000,00), ignorando que apenas os rendimentos são tributados.

C) R\$ 15.000,00

Distrator 2: esse valor assume a alíquota errada de 15%, que só seria aplicada caso Eduardo tivesse realizado o resgate antes de completar 10 anos de aplicação.

D) R\$ 25.000,00

Distrator 3: esse valor considera impostos sobre o total resgatado como se fosse um PGDL, quando na verdade o VGBL só tributa os rendimentos.

Questão 35.

Formato de resposta:	Múltipla escolha contextualizada
Identificação PD:	2.3.4.2
Nível cognitivo:	Compreensão
Dificuldade:	Fácil

Contexto:

Ricardo investiu R\$ 50.000 em um fundo de investimento há 15 meses. Hoje, seu saldo total é de R\$ 58.000, e ele deseja resgatar R\$ 20.000. Ele consulta um especialista de investimentos para entender qual será o impacto tributário sobre esse resgate. Considerando que o fundo segue a tabela regressiva de imposto de renda, o especialista calcula o valor do imposto que será descontado no momento do resgate.

Enunciado:

Diante da situação apresentada, a vantagem do crédito consignado para Eduardo seria:

A) Permitir substituir dívidas com juros elevados por um financiamento com taxas mais baixas e parcelas fixas descontadas diretamente da aposentadoria.

Gabarito: o crédito consignado tem juros mais baixos do que outras modalidades de crédito pessoal e, por ter desconto direto na folha de pagamento, reduz o risco de inadimplência e permite melhores condições de pagamento.

B) Uma aprovação rápida e não exige análise da margem consignável, permitindo que Eduardo comprometa a parcela que desejar da sua renda.

Distrator 1: o crédito consignado exige análise da margem consignável e limita o percentual da aposentadoria que pode ser comprometido, geralmente até 30–35% da renda líquida.

C) Oferecer prazos longos e prestações fixas, ajudando Eduardo a diluir o pagamento da dívida sem comprometer todo o seu orçamento.

Distrator 2: apesar de o consignado ter prazos mais longos, isso não significa que ele seja a melhor escolha em qualquer situação, pois há outros fatores a considerar, como o custo total da dívida e a real necessidade do empréstimo.

D) Possuir flexibilidade para ajuste do valor das parcelas ao longo do contrato, permitindo que Eduardo reduza o valor pago mensalmente caso necessário.

Distrator 3: as parcelas do crédito consignado são fixas durante todo o contrato, pois são descontadas diretamente da aposentadoria, sem possibilidade de renegociação automática.

Questão 38.

Formato de resposta:	Múltipla escolha contextualizada
Identificação PD:	2.3.4.2
Nível cognitivo:	Compreender
Dificuldade:	Fácil

Contexto:

Eduardo, aposentado pelo INSS, está preocupado com sua situação financeira. Recentemente, ele precisou consertar um vazamento em sua casa que alagou sua sala e estava elevando sua conta de água. Para cobrir os custos do reparo e da conta de água, acabou acumulando dívidas em boletos atrasados, que agora geram juros altos e multas, comprometendo grande parte de sua renda. Buscando uma solução, Eduardo procura seu gerente bancário para entender como reorganizar suas finanças sem comprometer sua qualidade de vida. Após analisar o caso, o gerente sugere que Eduardo recorra a um crédito consignado para quitar suas dívidas.

Enunciado:

Diante da situação apresentada, a vantagem do crédito consignado para Eduardo seria:

A) Permitir substituir dívidas com juros elevados por um financiamento com taxas mais baixas e parcelas fixas descontadas diretamente da aposentadoria.

Gabarito: o crédito consignado tem juros mais baixos do que outras modalidades de crédito pessoal e, por ter desconto direto na folha de pagamento, reduz o risco de inadimplência e permite melhores condições de pagamento.

B) Uma aprovação rápida e não exige análise da margem consignável, permitindo que Eduardo comprometa a parcela que desejar da sua renda.

Distrator 1: o crédito consignado exige análise da margem consignável e limita o percentual da aposentadoria que pode ser comprometido, geralmente até 30–35% da renda líquida.

C) Oferecer prazos longos e prestações fixas, ajudando Eduardo a diluir o pagamento da dívida sem comprometer todo o seu orçamento.

Distrator 2: apesar de o consignado ter prazos mais longos, isso não significa que ele seja a melhor escolha em qualquer situação, pois há outros fatores a considerar, como o custo total da dívida e a real necessidade do empréstimo.

D) Possuir flexibilidade para ajuste do valor das parcelas ao longo do contrato, permitindo que Eduardo reduza o valor pago mensalmente caso necessário.

Distrator 3: as parcelas do crédito consignado são fixas durante todo o contrato, pois são descontadas diretamente da aposentadoria, sem possibilidade de renegociação automática.

Questão 36.

Formato de resposta:	Múltipla escolha contextualizada
Identificação PD:	2.1.2.2.21.
Nível cognitivo:	Aplicação
Dificuldade:	Fácil

Contexto:

Lucas, um cliente com perfil de investimento conservador, está conversando com seu gerente sobre opções para investir um montante que recebeu de herança. Ele teme que esse dinheiro se desvalorize, comprometendo sua qualidade de vida no futuro, e pergunta se o banco não tem fundos de investimento com garantia de rentabilidade mínima para que possa alocar seus recursos com tranquilidade. O gerente responde que não há fundos que ofereçam esse tipo de garantia, mas que pode apresentar outras categorias de produtos financeiros que atendam melhor ao seu perfil.

Enunciado:

Uma justificativa para a resposta do gerente é que:

A) A regulamentação da CVM 175 proíbe qualquer instituição de garantir rentabilidade mínima em fundos de investimento, independentemente do perfil do investidor.

Gabarito: a CVM veda expressamente esse tipo de garantia para qualquer fundo, pois investimentos envolvem risco inerente.

B) Alguns bancos podem garantir rentabilidade mínima em fundos, desde que o cliente seja informado sobre os riscos no prospecto.

Distrator 1: mesmo com avisos no prospecto, nenhum fundo pode garantir rendimento mínimo.

C) Ele interpretou erroneamente a Resolução CVM 175, que prevê restrição de rentabilidade garantida a todos os produtos financeiros.

Distrator 2: a CVM 175 se aplica exclusivamente a fundos de investimento, e não a todos os produtos financeiros.

D) Ele interpretou corretamente a Resolução CVM 175, que prevê que a proibição de garantia de rentabilidade mínima se aplica especificamente a investidores não qualificados, como parece ser o caso de Lucas.

Distrator 3: a CVM não faz essa distinção—a proibição se aplica a todos os investidores, sem diferenciação entre qualificados e não qualificados.

Questão 37.

Formato de resposta:	Múltipla escolha contextualizada
Identificação PD:	2.1.4.4
Nível cognitivo:	Compreender
Dificuldade:	Fácil

Contexto:

Roberta deseja investir em Fundos Imobiliários (FIIs) e está comparando duas opções disponíveis. O FII Alpha cobra uma taxa de administração fixa de 1,5% ao ano, mas não tem taxa de subscrição. Já o FII Beta tem uma taxa de administração menor, de 1,0% ao ano, mas exige uma taxa de subscrição de 2% no momento da compra das cotas. Roberta quer entender o impacto dessas taxas antes de tomar sua decisão e procura um especialista de investimentos para maiores esclarecimentos.

Enunciado:

Uma explicação clara que o especialista pode dar a Roberta para ajudá-la a entender as diferenças entre os dois FIIs é que:

A) O FII Beta pode ser mais vantajoso para investimentos de longo prazo, pois sua taxa de administração é menor, compensando o custo inicial da subscrição.

Gabarito: no longo prazo, a taxa de administração menor pode compensar o custo da taxa de subscrição.

B) O FII Alpha tem um custo total menor para qualquer horizonte de tempo, pois não cobra taxa de subscrição.

Distrator 1: no curto prazo, isso pode ser verdade, mas para investimentos longos, a taxa de administração mais alta pode ser um fator de custo maior.

C) A taxa de administração do FII Beta será reduzida progressivamente ao longo do tempo, tornando-o sempre a melhor opção.

Distrator 2: a taxa de administração não diminui com o tempo—ela é cobrada anualmente sobre o patrimônio do fundo.

D) A taxa de subscrição do FII Beta será reembolsada após um período mínimo de permanência, reduzindo seu custo final.

Distrator 3: a taxa de subscrição é um custo definitivo, não sendo devolvida ao investidor.

Questão 38.

Formato de resposta:	Múltipla escolha contextualizada
Identificação PD:	3.1.3.4
Nível cognitivo:	Aplicação
Dificuldade:	Médio

Contexto:

Luciana está preocupada com sua segurança financeira e decide buscar orientação de seu gerente bancário. Ela explica que possui uma renda líquida mensal de R\$ 8.000,00, sendo que seus gastos essenciais somam R\$ 6.000,00 por mês. Atualmente, Luciana tem R\$ 10.000,00 investidos e deseja saber se esse valor é suficiente para cobrir imprevistos. Ela pede uma orientação sobre quanto deveria manter em uma reserva de emergência e qual seria a melhor estratégia para estruturá-la.

Enunciado:

A orientação mais adequada para Luciana, considerando princípios de planejamento financeiro, é:

A) Aumentar sua reserva para um valor entre R\$ 36.000,00 e R\$ 72.000,00, correspondente a 6 a 12 meses de despesas essenciais, e mantê-la em ativos de alta liquidez e baixo risco.

Gabarito: a reserva de emergência ideal deve cobrir entre 6 e 12 meses de despesas essenciais, preferencialmente em investimentos seguros e líquidos.

B) Destinar 25% de sua renda mensal à reserva de emergência até atingir o montante de R\$ 100.000,00, garantindo máxima proteção contra imprevistos.

Distrator 1: R\$ 100.000,00 ainda é excessivo para uma reserva de emergência, podendo comprometer outros objetivos financeiros, e o percentual destinado mensalmente poderia ser melhor ajustado conforme seu perfil.

C) Transferir seus investimentos atuais para um fundo de previdência privada, garantindo segurança e rentabilidade para imprevistos futuros.

Distrator 2: fundos de previdência têm baixa liquidez e não são ideais para emergências, pois podem ter carência e tributação na retirada.

D) Manter os R\$ 10.000,00 já investidos e destinar o restante de sua poupança para oportunidades de maior rentabilidade.

Distrator 3: R\$ 10.000,00 é insuficiente, pois cobre menos de dois meses de despesas essenciais, o que não garante segurança financeira adequada.

Questão 39.

Formato de resposta:	Múltipla escolha contextualizada
Identificação PD:	3.1.5
Nível cognitivo:	Aplicação
Dificuldade:	Médio

Contexto:

Eduardo e Juliana, um casal com dois filhos pequenos, querem organizar melhor suas finanças para garantir estabilidade financeira no futuro. Atualmente, eles possuem renda líquida mensal de R\$ 15.000,00 e despesas essenciais de R\$ 12.000,00, mas não possuem um plano estruturado para lidar com imprevistos ou atingir objetivos financeiros de longo prazo. Durante uma conversa com seu gerente bancário, o casal pergunta qual estratégia poderia ajudá-los a equilibrar o orçamento e planejar o futuro financeiro da família.

Enunciado:

A orientação mais adequada para Eduardo e Juliana inicia-se com:

A) Elaborar um orçamento detalhado, estabelecendo metas para poupança, reserva de emergência e investimentos de longo prazo, garantindo uma melhor gestão dos recursos da família.

Gabarito: o planejamento financeiro familiar começa com um orçamento bem estruturado, permitindo controle dos gastos, reserva de emergência e definição de metas financeiras.

B) Direcionar o excedente da renda mensal exclusivamente para a amortização de eventuais dívidas, eliminando qualquer saldo devedor antes de considerar investimentos.

Distrator 1: embora quitar dívidas seja importante, o casal precisa equilibrar essa ação com a construção de uma reserva de emergência e investimentos.

C) Reduzir imediatamente os gastos essenciais da família para aumentar a capacidade de investimento, garantindo maior rentabilidade no longo prazo.

Distrator 2: cortar gastos essenciais pode comprometer a qualidade de vida da família; o ideal é ajustar o orçamento de forma equilibrada.

D) Priorizar aplicações financeiras de alta rentabilidade para acelerar o acúmulo de patrimônio, mesmo que envolvam maior risco.

Distrator 3: o planejamento financeiro familiar exige equilíbrio entre segurança, liquidez e rentabilidade, e não exposição excessiva ao risco.

Questão 40.

Formato de resposta:	Múltipla escolha contextualizada
Identificação PD:	4.4.3.9.1
Nível cognitivo:	Compreensão
Dificuldade:	Fácil

Contexto:

Renato está negociando a venda de uma propriedade utilizando um *smart contract* em uma plataforma de DeFi. O acordo inicial prevê o pagamento em uma única parcela, mas o comprador solicita uma alteração para que o valor seja pago em duas etapas: 30% no início do processo e os 70% restantes no momento da transferência definitiva da propriedade. Renato deseja garantir que o contrato seja seguro, evite riscos de inadimplência e minimize possíveis disputas legais.

Enunciado:

Para garantir maior segurança na transação, o *smart contract* poderia ser configurado para:

A) Liberar o pagamento inicial ao vendedor e condicionar a transferência definitiva da propriedade ao recebimento integral da segunda parcela.

Gabarito: garante segurança, pois a propriedade só é transferida após o pagamento integral.

B) Transferir imediatamente a propriedade após o pagamento da primeira parcela, garantindo o saldo devedor via cláusula de garantia no contrato.

Distrator 1: pois expõe o vendedor ao risco de inadimplência, já que o ativo já foi transferido.

C) Estabelecer que o contrato seja executado apenas após a conclusão do pagamento total, mantendo os fundos em custódia até o término do processo.

Distrator 2: pois desconsidera a necessidade de liberar a primeira parcela como sinal, o que poderia inviabilizar o acordo.

D) Registrar a transferência da propriedade no *smart contract* no momento do primeiro pagamento, mas estabelecer uma cláusula de reversão caso o segundo pagamento não ocorra.

Distrator 3: pois a reversão é operacionalmente complexa e insegura em ambientes DeFi, onde a irreversibilidade é um princípio central.

Questão 41.

Formato de resposta:	Múltipla escolha contextualizada
Identificação PD:	3.1.2.3
Nível cognitivo:	Aplicação
Dificuldade:	Médio

Contexto:

Carlos, um cliente de 62 anos, agenda uma reunião com seu gerente bancário para revisar sua carteira de investimentos. Durante anos, ele priorizou crescimento patrimonial e atualmente possui 70% da carteira em renda variável e 30% em renda fixa. Agora, com a proximidade da aposentadoria, ele expressa preocupação com a volatilidade do mercado e deseja preservar seu capital, garantindo segurança para o futuro. Carlos explica que pretende sacar parte dos investimentos em 3 anos para complementar sua aposentadoria e pergunta ao gerente como pode adequar sua carteira ao novo perfil de risco.

Enunciado:

Com base no perfil e nos objetivos de Carlos, a recomendação indicação mais adequada para sua carteira de investimentos é:

A) Reduzir a exposição a ativos de alto risco, realocando parte da carteira para produtos de renda fixa de longo prazo e investimentos com menor volatilidade.

Gabarito: investidores na fase de preservação de capital devem diminuir o risco e aumentar a previsibilidade de retorno, garantindo maior segurança financeira.

B) Manter a carteira inalterada, pois já possui um percentual em renda fixa, permitindo que Carlos continue aproveitando oportunidades de crescimento.

Distrator 1: o perfil de Carlos mudou e 70% em renda variável é um nível de risco elevado para quem busca preservar capital.

C) Transferir 100% da carteira para investimentos de liquidez diária, garantindo acesso rápido ao dinheiro sem risco de perdas.

Distrator 2: apesar de a liquidez ser importante, investimentos 100% de curto prazo pode gerar perdas pela inflação e reduzir o rendimento geral da carteira.

D) Aumentar a diversificação para incluir ativos internacionais e fundos imobiliários, buscando maior rentabilidade para os próximos anos.

Distrator 3: investidores focados em preservação de capital devem reduzir a exposição a risco, e ativos mais voláteis podem ser inadequados para essa fase da vida.

Questão 42.

Formato de resposta:	Múltipla escolha contextualizada
Identificação PD:	2.5.1.3
Nível cognitivo:	Aplicação
Dificuldade:	Médio

Contexto:

Eduardo, 45 anos, é empresário e o principal provedor financeiro de sua família, composta por sua esposa e dois filhos adolescentes. Ele quer garantir segurança financeira para seus dependentes no caso de falecimento, evitando que eles enfrentem dificuldades financeiras com a ausência de sua renda. Durante uma conversa com seu gerente bancário, Eduardo menciona que já possui investimentos de longo prazo, mas quer entender se um seguro de vida tradicional seria necessário para complementar sua proteção financeira.

Enunciado:

O principal motivo para Eduardo considerar um seguro de vida tradicional, mesmo já tendo investimentos, é:

A) Garantir liquidez imediata e previsível para seus dependentes no caso de falecimento, sem depender da venda de ativos ou resgate de investimentos.

Gabarito: seguros de vida garantem pagamento imediato aos beneficiários, enquanto investimentos podem ter volatilidade, tributação e prazos de resgate demorados.

B) Aumentar o patrimônio da família, pois o seguro de vida tradicional gera rentabilidade ao longo do tempo, sendo um investimento de longo prazo.

Distrator 1: seguros de vida não são investimentos, mas sim proteção financeira. Não geram retorno financeiro direto para acumulação de patrimônio.

C) Evitar a necessidade de planejamento sucessório, pois o seguro de vida substitui a partilha de bens e herança.

Distrator 2: embora não entre no inventário, o seguro de vida não substitui o planejamento sucessório para bens e investimentos.

D) Reduzir custos, pois um seguro de vida tradicional é sempre mais barato do que manter uma reserva financeira para emergências.

Distrator 3: o seguro de vida é complementar à reserva de emergência, mas não a substitui, pois, a reserva cobre necessidades imediatas e imprevistos antes do falecimento.

Questão 43.

Formato de resposta:	Múltipla escolha contextualizada
Identificação PD:	2.5
Nível cognitivo:	Aplicação
Dificuldade:	Médio

Contexto:

Roberto, de 42 anos, contratou um seguro patrimonial para sua residência, que cobre até R\$ 200.000 em danos. O contrato prevê uma franquia fixa de R\$ 10.000, valor mínimo que Roberto deve pagar antes da indenização, e uma coparticipação de 20% sobre o valor restante do prejuízo. Após seis meses, um incêndio causa R\$ 100.000 em danos estruturais. Roberto precisa calcular quanto precisará pagar do próprio bolso.

Enunciado:

Com base nas condições do seguro, o valor que Roberto terá que arcar pelos danos será:

A) R\$ 28.000, pois além da franquia fixa, ele ainda paga 20% do valor restante.

Gabarito: deduz-se primeiro a franquia de R\$ 10.000, restando R\$ 90.000 para indenização. Roberto paga 20% dos R\$ 90.000 restantes (R\$ 18.000) e a seguradora cobre R\$ 72.000. Total pago por Roberto: R\$ 28.000 (R\$ 10.000 de franquia + R\$ 18.000 de coparticipação).

B) R\$ 20.000, pois Roberto apenas precisa pagar a coparticipação de 20%.

Distrator 1: ele também precisa pagar a franquia fixa de R\$ 10.000 antes de calcular a coparticipação.

C) R\$ 10.000, pois a seguradora cobre todo o restante após a franquia.

Distrator 2: a franquia não substitui a coparticipação. Após a franquia, Roberto ainda precisa pagar 20% do valor restante.

D) R\$ 50.000, pois esse é o limite de indenização do seguro para danos estruturais.

Distrator 3: o seguro cobre até R\$ 200.000, mas as regras de franquia e coparticipação afetam o valor indenizado.

Questão 44.

Formato de resposta:	Múltipla escolha contextualizada
Identificação PD:	4.3
Nível cognitivo:	Aplicação
Dificuldade:	Médio

Contexto:

Luciano, gerente de investimentos, está analisando fundos para um cliente que deseja investir exclusivamente em opções ESG. Ele encontra três fundos que se apresentam como sustentáveis, mas com características diferentes:

****Fundo Alfa**:**

- Possui investimentos em setores variados, incluindo indústrias de alto impacto ambiental.
- Aplica critérios ESG apenas como fator complementar na escolha dos ativos.
- Divulga relatórios de impacto, mas sem auditoria independente.

****Fundo Beta**:**

- Segue uma política de investimento sustentável definida e documentada.
- Aplica filtros ESG rigorosos na seleção dos ativos.
- Possui um comitê responsável por supervisionar e garantir a aderência às práticas ESG.

****Fundo Gama**:**

- Prioriza empresas com certificações ambientais reconhecidas.
- Investe majoritariamente em empresas que adotam boas práticas sociais e de governança, mas sem política ESG formal.
- Não há informações detalhadas sobre os critérios usados na escolha dos ativos.

Luciano precisa indicar qual fundo realmente se enquadra como um Fundo de Investimento Sustentável (IS), garantindo que o cliente invista conforme seus objetivos.

Enunciado:

Com base nas informações apresentadas, o Fundo mais adequado para ser classificado como um Fundo de Investimento Sustentável (IS) é:

A) Fundo Beta, pois possui uma política ESG estruturada, com critérios definidos e mecanismos de supervisão para garantir a aplicação das práticas sustentáveis.

Gabarito: um fundo ESG legítimo deve ter política de investimento clara, supervisão ativa e critérios bem definidos para seleção dos ativos.

B) Fundo Alfa, pois divulga relatórios de impacto e inclui critérios ESG como parte da sua estratégia de investimento.

Distrator 1: apesar dos relatórios, a falta de filtros ESG estruturados e a presença de setores de alto impacto ambiental enfraquecem a classificação ESG do fundo.

C) Fundo Gama, pois investe em empresas certificadas e prioriza boas práticas sociais e de governança.

Distrator 2: certificações ambientais são um diferencial, mas não garantem um processo ESG robusto, já que o fundo não segue critérios formalizados.

D) Nenhum dos fundos, pois um Fundo ESG deve aplicar exclusivamente em empresas ambientalmente neutras.

Distrator 3: não há exigência de exclusividade em empresas ambientalmente neutras, mas sim um processo ESG bem estruturado e documentado.

Questão 45.

Formato de resposta:	Múltipla escolha contextualizada
Identificação PD:	3.5.3.4.2
Nível cognitivo:	Compreensão
Dificuldade:	Difícil

Contexto:

Durante um atendimento, o gerente de relacionamento, Leonardo avaliou duas opções de investimento para um cliente conservador que busca retorno moderado e estabilidade. Ambos os produtos se encaixam no perfil e objetivos do cliente: Produto A apresenta um risco levemente maior, mas com potencial de retorno superior. Produto B é mais seguro, com rentabilidade mais previsível, mas menos atrativa. Leonardo reconhece que qualquer uma das opções é adequada. No entanto, ele tem um viés positivo em relação ao Produto A, já que participaria de um programa de incentivos caso a recomendação se concretize. Durante o atendimento, ele se questiona sobre a melhor forma de apresentar as informações ao cliente.

Enunciado:

Considerando os princípios éticos relacionados a conflitos de interesse e transparência, a conduta mais adequada para Leonardo ao apresentar as opções ao cliente seria:

A) Apresentar ambas as opções de forma equilibrada, explicando claramente os riscos e benefícios, e se abster de mencionar o incentivo pessoal, já que ambas atendem ao perfil do cliente.

Gabarito: mantém a transparência nas informações sobre os produtos e evita influenciar o cliente com informações irrelevantes.

B) Apresentar o Produto A como a melhor opção, pois o cliente também se beneficiaria de um potencial retorno maior, o que justifica a recomendação mesmo com o incentivo pessoal.

Distrator 1: incorreto, pois a transparência na apresentação é comprometida, e o risco adicional não foi considerado com imparcialidade.

C) Informar o cliente sobre o incentivo pessoal antes de apresentar as opções, para garantir total transparência e evitar qualquer conflito de interesses.

Distrator 2: incorreto, pois o incentivo pessoal não é uma informação relevante para o cliente, desde que o foco seja na transparência sobre os produtos.

D) Recomendar apenas o Produto B, pois é mais seguro e elimina qualquer questionamento ético sobre o impacto do incentivo na decisão.

Distrator 3: incorreto, já que omitir uma opção adequada ao perfil do cliente reduz a qualidade do atendimento e a transparência na orientação.

Questão 46.

Formato de resposta:	Múltipla escolha contextualizada
Identificação PD:	3.5.3.2.2
Nível cognitivo:	Compreensão
Dificuldade:	Difícil

Contexto:

Durante o atendimento a um cliente interessado em investir para a aposentadoria, o gerente Roberto iniciou a conversa confirmando informações previamente coletadas no cadastro: idade, objetivo de longo prazo e aversão moderada ao risco. Ele apresentou produtos de renda fixa e, ao final, ressaltou que, para qualquer dúvida futura, o cliente poderia entrar em contato. O cliente agradeceu, mas comentou que já tinha pesquisado algumas opções por conta própria e gostaria de entender melhor as alternativas para diversificação. Roberto reforçou que os

produtos apresentados eram os mais indicados para o perfil informado e concluiu o atendimento.

Enunciado:

Considerando as técnicas de personalização no atendimento, a conduta de Roberto pode ser melhor avaliada como:

A) Restrita, pois considerou apenas os dados previamente coletados e não explorou o interesse do cliente em diversificação, limitando a personalização.

Gabarito: destaca a superficialidade na análise e a falta de aprofundamento nas necessidades atuais do cliente.

B) Coerente, já que a recomendação foi baseada em informações confirmadas durante o atendimento, o que demonstra alinhamento com o perfil apresentado.

Distrator 1: parece correto, mas ignora a falta de aprofundamento nas preferências atualizadas.

C) Adequada, visto que o cliente não questionou diretamente as opções apresentadas e demonstrou receptividade ao final da conversa.

Distrator 2: plausível, mas falha ao não considerar o sinal de interesse por alternativas de diversificação.

D) Insuficiente, pois limitar-se ao perfil informado restringe o acesso do cliente a outras possibilidades relevantes para sua estratégia.

Distrator 3: próximo, mas incorreto, pois não se trata de restringir o acesso, mas de não ter explorado adequadamente as preferências.

Questão 47.

Formato de resposta:	Múltipla escolha contextualizada
Identificação PD:	2.5.2
Nível cognitivo:	Compreensão
Dificuldade:	Médio

Contexto:

Cláudia é proprietária de um pequeno restaurante e está preocupada com possíveis imprevistos que possam afetar seu negócio. Durante uma conversa com seu gerente bancário, ele explica que um seguro patrimonial pode ajudar a reduzir riscos financeiros relacionados ao estabelecimento. Cláudia deseja entender em quais situações a contratação desse seguro é mais indicada e como ele pode proteger seu restaurante.

Enunciado:

O seguro patrimonial seria mais adequado para Cláudia se ela quiser:

A) Proteger seu restaurante contra danos estruturais ou perda de equipamentos devido a incêndios, furtos ou desastres naturais.

Gabarito: o seguro patrimonial cobre danos físicos ao estabelecimento, protegendo contra riscos que podem comprometer suas operações.

B) Garantir que o restaurante gere receita constante, mesmo em períodos de baixa demanda, evitando prejuízos financeiros.

Distrator 1: o seguro patrimonial não cobre perdas de faturamento por sazonalidade; ele protege contra danos físicos ao patrimônio.

C) Obter cobertura financeira para acidentes com clientes dentro do restaurante, como casos de intoxicação alimentar.

Distrator 2: esse tipo de situação é coberto por seguros de responsabilidade civil, não pelo seguro patrimonial.

D) Evitar despesas com reformas futuras no restaurante, garantindo que qualquer manutenção seja coberta pelo seguro.

Distrator 3: seguros patrimoniais não cobrem manutenção ou reformas, apenas eventos inesperados como incêndios e furtos.

Questão 48.

Formato de resposta:	Múltipla escolha contextualizada
Identificação PD:	3.1.3.4.1
Nível cognitivo:	Aplicação
Dificuldade:	Médio

Contexto:

Marcelo, um cliente de 45 anos, quer organizar sua vida financeira e garantir que tenha uma reserva de emergência adequada. Ele informa ao seu gerente bancário que possui uma renda líquida mensal de R\$ 12.000,00 e que seus gastos essenciais somam R\$ 9.000,00 por mês. Marcelo deseja saber qual o montante necessário para uma reserva de emergência adequada, considerando boas práticas financeiras.

Enunciado:

O valor ideal para a reserva de emergência de Marcelo deve ser:

A) Entre R\$ 54.000,00 e R\$ 108.000,00, equivalente a 6 a 12 meses de despesas essenciais.

Gabarito: a reserva de emergência deve cobrir de 6 a 12 meses de gastos essenciais para oferecer segurança em caso de imprevistos.

B) Exatamente R\$ 72.000,00, pois representa um valor médio entre 6 e 12 meses de despesas.

Distrator 1: o valor ideal da reserva pode variar conforme o perfil do cliente, não havendo um número exato obrigatório.

C) No mínimo R\$ 144.000,00, garantindo 12 meses de renda total para cobrir qualquer eventualidade.

Distrator 2: a reserva de emergência deve ser baseada nos gastos essenciais, não na renda total.

D) Entre R\$ 36.000,00 e R\$ 72.000,00, considerando 3 a 6 meses de despesas essenciais, conforme boas práticas do mercado.

Distrator 3: o ideal é entre 6 e 12 meses de despesas essenciais, pois 3 meses podem não ser suficientes para garantir segurança financeira.

Questão 49.

Formato de resposta:	Múltipla escolha contextualizada
Identificação PD:	2.1.1.1.8
Nível cognitivo:	Compreensão
Dificuldade:	Médio

Contexto:

Gabriel recebeu um bônus salarial da sua empresa e pretende usá-lo para dar entrada em um imóvel. Para completar o montante necessário, ele pretende vender seu carro. Enquanto aguarda a venda do veículo, ele pensou em aplicar o bônus para que possa render. Sem saber que investimento fazer, perguntou a um amigo, que lhe sugeriu que investisse o valor total do bônus na poupança.

Enunciado:

Considerando que ele consiga vender o carro em até 3 meses, a análise mais adequada sobre a recomendação do amigo seria que:

A) A poupança pode ser uma boa opção porque é isenta de imposto de renda para pessoas físicas e permite resgate imediato, sendo vantajosa no contexto.

Gabarito: a poupança tem isenção de IR para pessoas físicas e liquidez imediata, o que pode ser vantajoso para quem precisa do dinheiro em um curto período.

B) A poupança não seria recomendada, pois a rentabilidade oferecida por qualquer CDB seria superior nesse período.

Distrator 1: embora CDBs muitas vezes rendam mais, em prazos curtos (como 3 meses), a incidência de imposto de renda pode reduzir a vantagem.

C) A poupança pode ser uma boa opção porque tem rendimento diário e não sofre incidência de imposto de renda, tornando-a vantajosa mesmo que Gabriel venda o carro rapidamente.

Distrator 2: a poupança não tem rendimento diário, mas sim mensal na data de aniversário da aplicação.

D) A recomendação do amigo não é válida, pois a poupança não permite resgates antes de um período mínimo de 90 dias.

Distrator 3: a poupança tem liquidez imediata, sem necessidade de carência para saques.




ANBIMA

CPA

Você chegou ao fim do caderno de questões da certificação CPA.

Revisite os conteúdos sempre que precisar, faça os testes e acompanhe as novidades das certificações em nossas redes sociais e na página especial das novas certificações ANBIMA.

**Você também pode testar seus
conhecimentos de forma interativa!**

Conheça as questões de árvore de decisão

[Questão 1](#)

[Questão 2](#)

